

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

NOTA TÉCNICA

16

OS EIXOS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E A INTEGRAÇÃO REGIONAL DA INFRA-ESTRUTURA SUL-AMERICANA

Pedro Jorge Ramos Vianna
Aprigio Botelho Lócio
Raquel da Silva Sales

Fortaleza-CE
Fevereiro/2006

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Lúcio Gonçalo de Alcântara – Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Marcos Costa Holanda – Diretor-Geral

Pedro Jorge Ramos Vianna – Diretor de Estudos Setoriais

Antônio Lisboa Teles da Rosa – Diretor de Estudos Sociais

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Edifício SEPLAN – 2º andar

60830-120 – Fortaleza-CE

Telefones: (85) 3101-3521 / 3101-3496

Fax: (85) 3101-3500

www.ipece.ce.gov.br

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

SUMÁRIO

1 ANTECEDENTES.....	5
2 A POLÍTICA REGIONAL DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE: OS EIXOS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	8
2.1 DESCRIÇÃO DOS EIXOS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	8
2.2 OS RECURSOS ENVOLVIDOS	16
3 AS POLÍTICAS REGIONAIS DO GOVERNO LULA	18
4 CRÍTICAS À POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO BRASIL SOB A ÉGIDE DOS “EIXOS DE INTEGRAÇÃO” E DAS MESORREGIÕES.....	23
4.1 A Regionalização via “Eixos de Integração”	23
4.2 A Regionalização via Mesorregiões	24
5 OS PROJETOS (REGIONAIS) NOS EIXOS DE INTEGRAÇÃO E NA ATUAL POLÍTICA REGIONAL BRASILEIRA: A PARTICIPAÇÃO DO NORDESTE.....	25
6 O ESTADO DO CEARÁ NA POLÍTICA REGIONAL BRASILEIRA: PASSADO E PRESENTE	29
6.1 O ESTADO DO CEARÁ NO CONTEXTO DOS EIXOS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	29
6.2 O ESTADO DO CEARÁ NO CONTEXTO DA POLÍTICA REGIONAL DO BRASIL E NA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL.....	30
7 CONCLUSÕES.....	34
8 BIBLIOGRAFIA	36
ANEXOS.....	37
Anexo 1: Superpondo os Eixos Sul-Americanos e Brasileiros.....	39
Anexo 2: Eixos da Amazônia – Arco Norte e Madeira-Amazonas.....	41
2.1. Na Área de Infra-Estrutura Econômica	41
2.2. Na Área de Desenvolvimento Social	42
2.3. Na Área de Informação e Conhecimento	42
2.4. Na Área de Meio Ambiente	43
Anexo 3: Eixos do Nordeste - Transnordestino e São Francisco.....	45
3.1. Na Área de Infra-Estrutura Econômica	45
3.2. Na Área de Infra-Estrutura Hídrica	46
3.3. Na Área de Desenvolvimento Social	48
3.4. Na Área de Informação e Conhecimento	48
3.5. Na Área de Meio Ambiente	48
Anexo 4: Eixos Do Centro-Oeste - Araguaia-Tocantins E Oeste.....	51
4.1. NA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA	51
4.2. NA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	53
4.3. NA ÁREA DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO.....	54
4.4. NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE	54

Anexo 5: Eixo do Sudeste	57
5.1. NA ÁREA DE INFRA –ESTRUTURA ECONÔMICA	57
5.2. NA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	60
5.3. NA ÁREA DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	60
5.4. NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE	60
Anexo 6: EIXOS DO SUL - SUDOESTE E SUL	63
6.1. NA ÁREA DE INFRA –ESTRUTURA ECONÔMICA	63
6.2. NA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	65
6.3. NA ÁREA DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	66
6.4. NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE	66

LISTA DE FIGURAS

MAPAS

Mapa 1: Brasil - Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento	9
Mapa 2: As Mesorregiões de Programa “PROMESO”	19
Mapa 3: Área do Programa “CONVIVER”	20
Mapa 4: Área do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira	21
Mapa 5: Os Eixos de Integração da América do Sul.....	33

TABELAS

Tabela 1: Abrangência dos Eixos, por Estado – Área em Km ²	10
Tabela 2 : Abrangência dos Eixos, por Estado - % da Área.....	11
Tabela 3:, Por Bacia Abrangência dos Eixos Hidrográfica - Área em Km ²	12
Tabela 4: Abrangência dos Eixos, por Bacia Hidrográfica - % de Área	13
Tabela 5: Abrangência dos Eixos, por Unidades de Vegetação - Área em Km ²	14
Tabela 6: Abrangência Dos Eixos, Por Unidade De Vegetação - % De Área.....	15
Tabela 7: Abrangência dos Eixos - Área Total e % da Área	16
Tabela 8: Os Valores Previstos para os Eixos - 2000-2007	17
Tabela 9: Projetos dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, por Região.....	26
Tabela 10: Projetos dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, por Região.....	28
Tabela 11: Projetos dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Transporte e Energia): Brasil, Nordeste e Ceará – 2000-2007	30

1 ANTECEDENTES

A análise da problemática atual de integração regional sulamericana envolve, primeiramente, a análise da política brasileira de integração regional.

No que diz respeito à política de integração e desenvolvimento regional brasileira, pode-se dizer que ela ainda está baseada na concepção estabelecida quando da edição do chamado PROGRAMA “**BRASIL EM AÇÃO**”, em 1996.

Dado aquele Programa, a edição do **PLANO PLURIANUAL (PPA) 1996-1999** trouxe em seu bojo, pela primeira vez, o conceito de **EIXOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO**.

A inserção desse conceito e dessa política de integração e desenvolvimento regional, é fruto de vários estudos elaborados por algumas empresas de consultoria. O primeiro contrato, feito em 1997, foi realizado pelo consórcio de empresas liderado pela Booz-Allen & Hamilton do Brasil Consultores Ltda, contando com a participação das empresas Bechtel International Inc. e Banco ABN-Amro S . A.

Para um maior aprofundamento dessa problemática, foi realizado o **ESTUDO DOS EIXOS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**, fruto de um contrato firmado em 25 de março de 1998 entre o BNDES e o CONSÓRCIO BRASILIANA, o qual incluía além das empresas citadas acima, a Universidade de Brasília, a Universidade Federal de São Carlos e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O estudo contratado envolvia 19 coordenadores e mais de 100 profissionais. A supervisão do trabalho coube ao BNDES/MDIC/MOC.

A princípio, os produtos que seriam ofertados pela firma contratada seriam os seguintes: um portfólio de investimentos, públicos e privados, e um banco de dados geo-referenciados do desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

Vale chamar a atenção que essa nova política de integração e desenvolvimento, está baseada em uma nova concepção de política regional. Deixando de lado os aspectos puramente físicos, esta nova política centra suas ações em espaços locais onde os fluxos de bens e serviços entre as regiões produtoras e seus mercados são bastante expressivos, bem como onde as vocações e as potencialidades regionais estão latentes. A idéia aqui é trabalhar sempre com a visão holística da economia.

Assim, dentro desta nova concepção, o território nacional foi trabalhado como um espaço geoeconômico aberto, rompendo-se, assim, com a visão tradicional de país fragmentado, segundo suas fronteiras geopolíticas formais, com macrorregiões e estados. Portanto, a idéia do “eixo” é baseada na existência dos fluxos reais de bens e serviços entre determinados espaços geográficos, bem como na existência das demandas dos cidadãos no ambiente em que vivem.

Desta forma, os “eixos” representam espaços territoriais delimitados, mas sem a conotoção de regiões físicas homogêneas. O principal, aqui, é a dinâmica socioeconômica e ambiental que caracteriza tal espaço territorial.

Para o estabelecimento dos Eixos de Integração e Desenvolvimento foram eleitas quatro variáveis que os caracterizariam: a malha multimodal de transportes; a hierarquia funcional das cidades; a identificação dos centros dinâmicos e os ecossistemas.

No que diz respeito à malha multimodal de transportes, são levados em consideração toda a infra-estrutura viária existente, incluindo todos os meios de transporte disponíveis, tais como: rodovia, ferrovia, hidrovias interior, portos marítimos e fluviais, cabotagem, transporte marítimo, terminais de transbordo etc.

Quanto à hierarquia das cidades, a variável chave é a força centrípeta dos diversos centros urbanos em virtude das facilidades econômicas e sociais oferecidas.

Já para os centros dinâmicos a variável principal que foi levada em consideração foi a potencialidade de expansão econômica ali existente.

Finalmente, quanto aos ecossistemas existentes no País, eles foram mapeados e analisados, segundo suas restrições e potencialidades.

Dadas estas variáveis condicionantes, o portfolio de oportunidades de investimentos deveria contribuir para a redução dos custos de produção de bens e serviços, para o fortalecimento da competitividade sistêmica da economia, para a diminuição do custo Brasil e para a redução das desigualdades sociais e regionais.

Por outro lado, a concepção dos “Eixos” deveria estar centrada nos seguintes aspectos: *portfolio de investimentos em infra-estrutura econômica; desenvolvimento social; informação e conhecimento e meio-ambiente.*

O Portfolio de Investimentos deveria contemplar duas características fundamentais: a) os investimentos deverão apresentar grande atratividade para o setor privado, objetivando estabelecer a possibilidade da parceria público-privada; b) seriam centrados em investimentos estruturantes, capazes de alavancar outros investimentos e o próprio desenvolvimento das regiões em que estarão inseridos.

Foi, portanto, dentro deste contexto que o governo federal lançou o PROGRAMA “**AVANÇA BRASIL**” , o qual dá continuidade ao PROGRAMA “**BRASIL EM AÇÃO**” e cobre os períodos dos **PPA 2000-2003** e **PPA 2004-2007**.

Entretanto, com o advento do Governo Lula, houve uma profunda mudança na Política de Desenvolvimento Regional do Brasil.

De fato, o mesmo Ministério da Integração, que idealizou, programou e implantou a estratégia de desenvolvimento regional a partir dos famosos “EIXOS DE INTEGRAÇÃO”, mudou, a partir do novo governo. Agora, o importante não é mais o “EIXO DE INTEGRAÇÃO”, o importante é a SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS”. Desta forma, a Política Regional passa a ter com elementos primordiais a execução dos seguintes Programas:

- Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais-PROMESO
- Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER
- Programa de Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões – PROMOVER
- Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
- Organização Produtiva de Comunidades Pobres – PRODUZIR

Mais recentemente foi introduzido na Política Regional do País, um novo Programa, o RIDE – REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO, do Pólo Petrolina (Pe) e Juazeiro (ba).

Como se pode verificar, dos seis Programas, cinco estão voltados para o desenvolvimento de sub-regiões específicas.

Nos itens seguintes, faremos uma breve discussão das Políticas Regionais apresentadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, começando pela análise da política regional baseada nos **EIXOS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**.

2 A POLÍTICA REGIONAL DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE: OS EIXOS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

2.1 DESCRIÇÃO DOS EIXOS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Os EIXOS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO são os seguintes:

- ARCO NORTE
- MADEIRA-AMAZONAS
- ARAGUAIA-TOCANTINS
- TRANSNORDESTINO
- SÃO FRANCISCO
- OESTE
- SUDESTE
- SUDOESTE
- SUL
- INDEFINIDO

Para uma melhor visualização da abrangência física e política desses “Eixos”, transcrevemos a seguir o mapa do Brasil dividido em “Eixos” , bem como seis tabelas com as informações existentes nos PPAs sobre tais eixos.

Mapa 1: Brasil - Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento



Tabela 1: Abrangência dos Eixos, por Estado – Área em Km²

Eixos Estados	Arco Norte	Madeira- Amazonas	Araguaia- Tocantins	Transnordesti- no	São Francisco	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Sul	Indefinido	TOTAL
Acre		148.702,4									148.702,4
Alagoas				27.122,1							27.122,1
Amapá	109.092,9									30.195,6	139.288,4
Amazonas		1.532.004,2									1.532.004,2
Bahia					563.115,3						563.115,3
Ceará				142.098,5							142.098,5
Distrito Federal			5.653,3								5.653,3
Espírito Santo							61.139,3				61.139,3
Goiás			334.133,6					6.077,5			340.211,1
Maranhão			266.518,0	54.976,1		652.818,6				34.911,7	356.405,8
Mato Grosso			183.299,7							44.356,4	880.474,7
Mato Grosso do Sul						213.635,1		134.123,2			347.758,3
Minas Gerais			24.852,2		179.219,6		329.369,4	24.832,0		13.025,7	571.298,9
Pará		941.394,1	262.853,4			38.688,5				14.386,1	1.257.322,1
Paraíba				54.971,2							54.971,2
Paraná								92.497,2	102.629,0	1.641,5	196.767,8
Pernambuco				82.990,4	10.338,2					2.916,0	96.244,6
Piauí				176.550,9	37.666,1					31.344,8	245.561,8
Rio de Janeiro							175.221,5				175.221,5
Rio Grande do Norte				51.759,3							51.759,3
Rio Grande do Sul									249.465,7		249.465,7
Rondônia		56.606,6				167.903,4				7.077,0	231.587,1
Roraima	152.660,4									65.919,1	218.579,5
Santa Catarina									110.002,7		110.002,7
São Paulo							126.495,3	126.656,8		298,4	253.450,5
Sergipe											21.409,4
Tocantins			269.278,2							509,9	269.788,1
TOTAL	2.617.53,2	2.678.707,4	1.346.588,3	590.468,5	811.748,5	1.073.045,6	692.225,5	384.186,7	462.097,4	246.582,3	8.547.403,5

Tabela 2 : Abrangência dos Eixos, por Estado - % da Área

Estados	Eixos	Arco Norte	Madeira- Amazonas	Araguaia- Tocantins	Transnordesti no	São Francisco	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Sul	Indefinido	TOTAL
Acre			1,74%									1,74%
Alagoas					0,32%							0,32%
Amapá		1,28%									0,35%	1,63%
Amazonas			17,92%									17,92%
Bahia						6,59%						6,59%
Ceará					1,66%							1,66%
Distrito Federal				0,07%								0,07%
Espírito Santo							0,72%					0,72%
Goias				3,91%				0,07%				3,98%
Maranhão				3,12%	0,64%						0,41%	4,17%
Mato Grosso				2,14%			7,64%				0,52%	10,30%
Mato Grosso do Sul							2,50%		1,57%			4,07%
Minas Gerais				0,29%		2,10%		3,85%	0,29%		0,15%	6,68%
Pará			11,01%	3,08%			0,45%				0,17%	14,71%
Paraíba					0,64%							0,64%
Paraná									1,08%	1,20%	0,02%	2,30%
Pernambuco					0,97%						0,03%	1,13%
Piauí					2,07%	0,44%					0,37%	2,87%
Rio de Janeiro								2,05%				2,05%
Rio Grande do Norte					0,61%							0,61%
Rio Grande do Sul										2,92%		2,92%
Rondônia			0,66%				1,96%				0,08%	2,71%
Roraima		1,79%									0,77%	2,56%
Santa Catarina										1,29%		1,29%
São Paulo								1,48%	1,48%		0,00%	2,97%
Sergipe												0,25%
Tocantins				3,15%							0,01%	3,16%
TOTAL		3,06%	31,34%	15,75%	6,91%	9,50%	12,55%	8,10%	4,49%	5,41%	2,88%	100,00%

Tabela 3.: Por Bacia Abrangência dos Eixos Hidrográfica - Área em Km²

Eixos Bacias Hidrográfica	Arco Norte	Madeira- Amazonas	Araguaia- Tocantins	Transnordesti no	São Francisco	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Sul	Indefinido	TOTAL
Amazônica	170.540,35	2.555.313,88	224.306,19			660.335,81				157.826,62	3.768.322,85
Araguaia/Tocantins		32.537,45	713.134,09		4.109,00	24.744,26				506,03	775.030,82
Norte/Nordeste	90.788,26	98.649,07	235.565,16	508.804,33	36.029,43					65.481,41	1.035.317,65
São Francisco			24.513,91	76.282,77	446.909,22		129.319,37			12.364,86	689.390,13
Atlântico Leste					325.340,89		257.072,77			4.542,41	586.956,07
Paraná/Paraguai			146.607,81			385.276,62	285.116,91	376.118,96	94.464,56	2.063,21	1.289.648,07
Uruguai									173.066,60		173.066,60
Atlântico Sul							22.798,52		206.872,78		229.671,31
TOTAL	261.328,61	2.686.500,41	1.344.127,15	58.5087,1	812.388,53	1.070.356,68	694.307,57	376.118,96	474.403,95	242.784,55	8.547.403,50

Tabela 4: Abrangência dos Eixos, por Bacia Hidrográfica - % de Área

Eixos	Arco Norte	Madeira- Amazonas	Araguaia- Tocantins	Transnordesti- no	São Francisco	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Sul	Indefinido	TOTAL
Bacias Hidrográfica											
Amazônica	2,00%	29,90%	2,62%			7,73%				1,85%	44,09%
Araguaia/Tocantins		0,38%	8,34%		0,05%	0,29%				0,01%	9,07%
Norte/Nordeste	1,06%	1,15%	2,76%	5,95%	0,42%					0,77%	12,11%
São Francisco			0,29%	0,89%	5,23%		1,51%			0,15%	8,07%
Atlântico Leste					3,81%		3,01%			0,05%	6,87%
Paraná/Paraguai			1,72%			4,51%	3,34%	4,40%	1,11%	0,02%	15,09%
Uruguai									2,02%		2,02%
Atlântico Sul							0,27%		2,42%		2,69%
TOTAL	3,06%	31,43%	15,73%	6,85%	9,50%	12,52%	8,12%	4,40%	5,55%	2,84%	100,00%

Tabela 5: Abrangência dos Eixos, por Unidades de Vegetação - Área em Km²

Vegetação	Eixos	Arco Norte	Madeira- Amazonas	Araguaia- Tocantins	Transnordestin o	São Francisco	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Sul	Indefinido	TOTAL
Cerrado		10.529,63	5.569,15	740.810,05	42.009,92	157.903,41	283.564,97	199.530,15	109.854,61	26.317,48	16.050,83	1.592.140,21
Campos		25.407,55								83.720,17	379,23	109.506,95
Catatinga					401.218,81	252.057,83					22.368,17	675.644,81
Campos Campanha Gaúcha										63.989,98		63.989,98
Campos de Roraima		13.242,29										13.242,29
Complexo do Pantanal							159.336,98					159.336,98
Campinarana		23.499,40	219.390,16								17.350,19	260.239,75
Floresta Amazônica		163.376,97	2.412.958,74	397.814,65	5.163,01		315.261,13				11.5411,1	3.409.985,60
Mata Atlântica					14.887,94	61.769,08		168.485,14	2.642,13	29.412,63	365,77	277.562,69
Floresta Estacional		8.840,00	22.602,10	191.772,88	112.085,66	324.321,90	312.110,31	307.292,65	245.400,13	75.687,91	68.375,58	1.668.489,11
Mata dos Pinheiros								4.022,01	18.192,82	159.120,26	1.122,82	182.457,91
Vegetação Costeira		16.412,43	25.771,24	13.624,97	9.693,93	16.920,52		14.923,59		36.118,61	1.341,95	134.807,23
TOTAL		261.308,27	2.686.291,38	1.344.022,55	585.059,27	812.972,73	1.070.273,39	694.253,54	376.089,69	474.367,03	242.765,65	8.547.403,50

Tabela 6: Abrangência Dos Eixos, Por Unidade De Vegetação - % De Área

Vegetação	Eixos	Arco Norte	Madeira- Amazonas	Araguaia- Tocantins	Transnordestin o	São Francisco	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Sul	Indefinido	TOTAL
Cerrado		0,12%	0,07%	8,67%	0,49%	1,85%	3,32%	2,33%	1,29%	0,31%	0,19%	18,63%
Campos		0,30%								0,98%	0,00%	1,28%
Catatinga					4,69%	2,95%					0,26%	7,90%
Campos Campanha Gaúcha										0,75%		0,75%
Campos de Roraima		0,15%										0,15%
Complexo do Pantanal							1,86%					1,86%
Campinarana		0,27%	2,57%								0,20%	3,04%
Floresta Amazônica		1,91%	28,23%	4,65%	0,06%		3,69%				1,35%	39,89%
Mata Atlântica					0,17%	0,72%		1,97%	0,03%	0,34%	0,00%	3,25%
Floresta Estacional		0,10%	0,26%	2,24%	1,31%	3,79%	3,65%	3,60%	2,87%	0,89%	0,80%	19,52%
Mata dos Pinheiros								0,05%	0,21%	1,86%	0,01%	2,13%
Vegetação Costeira		0,19%	0,30%	0,16%	0,11%	0,20%		0,17%		0,42%	0,02%	1,58%
TOTAL		3,06%	31,43%	15,72%	6,84%	9,51%	12,52%	8,12%	4,40%	5,55%	2,84%	100,00%

Tabela 7: Abrangência dos Eixos - Área Total e % da Área

EIXOS	ÁREA EM KM ²	%DE ÁREA
ARCO NORTE	261.753,3	3,07
MADEIRA-AMAZONAS	2.678.707,3	31,34
ARAGUAIA-TOCANTIS	1.346.588,4	15,75
OESTE	1.073.045,6	12,55
TRANSNORDESTINO	590.468,5	6,91
SÃO FRANCISCO	811.748,6	9,50
SUDESTE	692.225,5	8,10
SUL	462.097,4	5,41
SUDOESTE	384.186,7	4,49
ÁREA INDEFINIDA	246.582,2	2,88
TOTAL	8.547.403,5	100,00

A análise das Tabelas 1 e 2 mostra que a divisão geoeconômica estabelecida pelos "Eixos" muito contribuiu para beneficiar determinados espaços da divisão geopolítica. De fato, o Estado de Minas Gerais teve áreas de seu território cobertas por 5 dos 10 Eixos estabelecidos; Pará, obteve a inclusão de parte de seu território em 4 Eixos; enquanto São Paulo foi agraciado com a inclusão de parte de seu território em 3 "Eixos", o mesmo acontecendo com Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco, Piauí e Rondônia. Enquanto isso alguns Estados tiveram parte de seus territórios incluída em apenas um "Eixo de Integração", como é o caso do Ceará.

É claro que tal divisão se refletirá no número de projetos e no volume de recursos a serem alocados em tais estados.

Analisemos agora, mais detalhadamente, a distribuição dos projetos (oportunidades de investimentos públicos e privados) que foram incorporados ao **PPA 2000-2003 – AVANÇA BRASIL**.

2.2 OS RECURSOS ENVOLVIDOS

A tomarem-se os valores expressos no documento "AVANÇA BRASIL. PLANO PLURIANUAL 2000-2003. ORÇAMENTO DA UNIÃO 2000", tem-se os valores que seriam alocados a cada um dos Eixos de acordo com as estatísticas mostradas na Tabela 8, a seguir.

Tabela 8: Os Valores Previstos para os Eixos - 2000-2007

EIXO	ÁREA DOS PROJETOS	VALORES (R\$ BILHÕES)
EIXOS DA AMAZÔNIA	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	8,6
Arco Norte e Madeira-	INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	0,1
Amazonas	INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA	14,0
	MEIO AMBIENTE	1,4
TOTAL		24,1
EIXOS DO NORDESTE	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	33,0
Transnordestino e São	INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	0,4
Francisco	INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA	30,4
	MEIO AMBIENTE	2,3
TOTAL		66,1
EIXOS DO CENTRO-OESTE	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	16,1
Araguaia-Tocantins e	INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	0,4
Oeste	INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA	31,5
	MEIO AMBIENTE	1,8
TOTAL		49,8
EIXO DO SUDESTE	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	35,2
Sudeste	INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	0,4
	INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA	70,2
	MEIO AMBIENTE	2,1
TOTAL		107,9
EIXOS DO SUL	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	19,8
Sudoeste e Sul	INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	0,5
	INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA	38,7
	MEIO AMBIENTE	2,4
TOTAL		61,4
TOTAL GERAL		309,3

A princípio chama a atenção o expressivo volume de recursos destinado a esta política de desenvolvimento socioeconômico: R\$309,3 bilhões, para um período de oito anos, o que determina investimentos médios anuais ao derredor de R\$38,7 bilhões.

Um outro ponto que chama a atenção, como se pode verifica dos dados acima apresentados, é que a grande área de investimento, é a ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

ECONÔMICA, haja vista que, no total, esta área engloba recursos da ordem de R\$184,8 bilhões, ou 59,75% de todos os investimentos previstos. Veja-se que no Governo Lula, a execução orçamentária da União mostra que nos três anos de governo, foram gastos, em infra-estrutura, algo em torno de R\$34,4 bilhões. Ou seja, pouco menos de 20% que se previa para o período 2000-2007, nos Programas anteriormente citados.

É intrigante verificar que no século onde a economia é a “economia do conhecimento”, o item INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO seja tão pouco privilegiado por tal política.

Ainda dentro deste contexto, vale registrar, agora no que diz respeito ao aspecto locacional, que são as regiões mais ricas, Sudeste e Sul, aquelas melhor aquinhoadas. As duas regiões, juntas, receberão 54,74% de todo o volume de recursos previstos.

Juntando agora o aspecto setorial com o aspecto locacional, constata-se que as regiões Sul e Sudeste, juntas, receberão 58,93% de todos os investimentos a serem alocados para a infra-estrutura econômica, haja vista que somente elas receberão R\$108,9 bilhões.

3 AS POLÍTICAS REGIONAIS DO GOVERNO LULA

Conforme já foi dito, a política regional do Governo Lula guarda pouca coerência com a política regional esboçada nos Programas “BRASIL EM AÇÃO” e “AVANÇA BRASIL”.

A estratégia de desenvolvimento regional embutida no PROGRAMA BRASIL DE TODOS e incluída no Plano Plurianual – PPA 2004-2007, segue a filosofia de direcionar as ações do Governo para novos espaços sub-regionais, específicos, sem a preocupação das interligações entre eles.

Desta forma, o primeiro programa, o PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS – PROMESO é destinado ao desenvolvimento sustentável de 12 Mesorregiões, a seguir discriminadas:

- Alto Solimões
- Vale do Rio Acre
- Bico do Papagaio
- Xingo

- Chapada do Araripe
- Chapada das Mangabeiras
- Vale do Jequitinhonha/Mucuri
- Vale do Ribeira/Guaraqueçaba
- Bacia do Itabapoana
- Metade do Rio Grande do Sul
- Grande Fronteira do Mercosul
- Águas Emendadas

O Mapa 2, abaixo apresentado dá bem uma pictórica da dissociação existente entre elas das áreas a serem beneficiadas com o PROMESO

Mapa 2: As Mesorregiões de Programa “PROMESO”



Veja-se que neste contexto a idéia da integração praticamente deixa de existir, passando a política regional a voltar-se para regiões específicas.

O segundo grande programa da política regional do atual governo, é o PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO - CONVIVER.

Dadas as características físicas dessa sub-região, ela abrange um espaço físico bastante expressivo, cobrindo uma área contígua de, aproximadamente, km² , ou seja, % do território nacional.

Como se pode verificar, algumas das sub-regiões que integram o PROMESO também estão incluídas no CONVIVER, Tais são os casos das Mesorregiões: Chapada do Araripe, Xingo e Chapada das Mangabeiras.

No Mapa 3, a seguir tem-se uma visão da área a ser coberta por tal Programa

Mapa 3: Área do Programa “CONVIVER”



O terceiro Programa a fazer parte da Política Regional do Governo Lula da Silva, é o PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA.

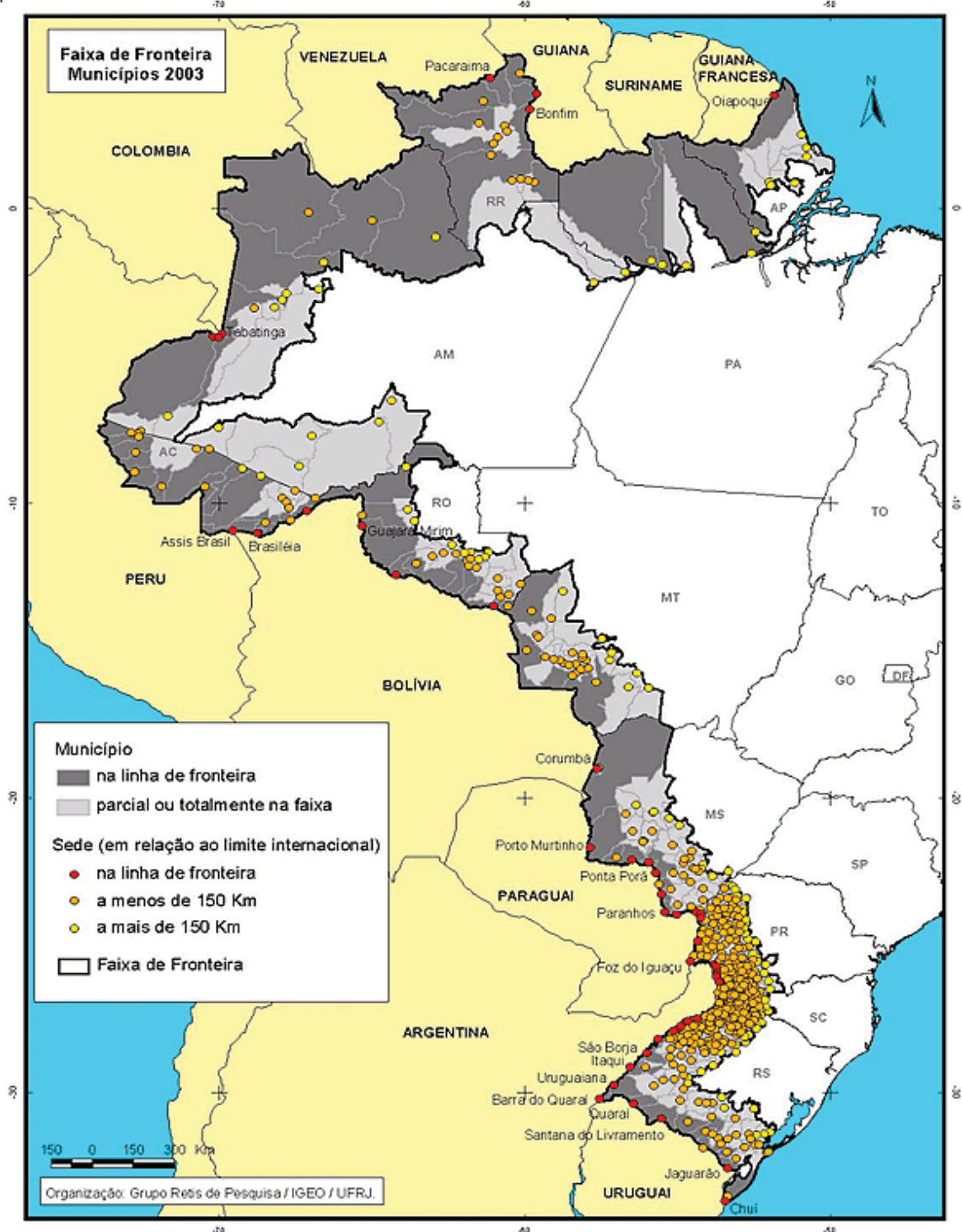
Como seu próprio nome indica, as ações aqui envolvidas destinam-se em sua totalidade para o desenvolvimento das áreas de fronteira do Brasil com os dez países sul-americanos com os quais o Brasil faz fronteira.

De acordo com o estabelecido pelo Ministério da Integração, as ações deste Programa cobrirão uma faixa de terra de 150 km ao longo de toda a fronteira terrestre do Brasil, atingindo, assim, uma área de 2.357.850 km², 588 municípios em 11 estados brasileiros e beneficiando uma população estimada em 10 milhões de pessoas.

Aqui, também, existe uma certa integração com o PROMESO, pois que as ações aqui previstas também atingem as áreas beneficiadas com os aquelas destinadas às mesorregiões Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Grande Fronteira do Mercosul e Metade Sul do Rio Grande do Sul.

O Mapa 4, a seguir, mostra, visualmente, toda a extensão da área a ser coberta por tal Programa.

Mapa 4: Área do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira



O quarto Programa com características nitidamente regionais, o RIDE, é ainda mais específico e mais restrito. Ele se destina a patrocinar ações que deverão ser desenvolvidas em parte do Estado de Pernambuco e em parte no Estado da Bahia. Para o primeiro, tem-se que tais ações desenvolver-se-ão nos Municípios de Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó. Para o Estado da Bahia, tem-se os seguintes Municípios: Juazeiro, Casa Nova, Curaçá e Sobradinho.

Note-se que aqui, também, tem-se a superposição de Programas, haja vista que estes Municípios estão todos inseridos no Semi-Árido do Nordeste.

Os outros dois Programas que formam toda a base da política regional do atual governo, ou seja, o PROGRAMA DE PROMOÇÃO E INSERÇÃO ECONÔMICA DE SUB-REGIÕES – PROMOVER e o ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES – PRODUZIR, não contemplaram, explicitamente, espaços físicos definidos, muito embora, o primeiro deles tenha como objetivo “Promover, em espaços sub-regionais com potencial dinâmico, a inserção competitiva de atividades produtivas nas economias local, regional, nacional e internacional.”.

Como se pode inferir, talvez no Programa PROMOVER esteja subjacente a idéia de trabalhar com “eixos de integração”. Entretanto, nada há de explícito quanto a este aspecto.

O último dos Programas citados (o PRODUZIR), está intimamente ligado ao conceito de ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, em aquela conotação de se estabelecer eixos de integração.

Desta forma, somente com boa vontade poderemos dizer que a atual política de desenvolvimento econômico do Brasil, guarda alguma similitude com a política que foi desenhada no governo anterior.

4 CRÍTICAS À POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO BRASIL SOB A ÉGIDE DOS “EIXOS DE INTEGRAÇÃO” E DAS MESORREGIÕES

4.1 A Regionalização via “Eixos de Integração”

Muitas críticas foram e ainda são feitas a essa política de desenvolvimento nacional. A mais evidente é que tal política está centrada nos investimentos privados, obedecendo, portanto, aos critérios de mercado. Não é à-toa que a área onde os recursos previstos são os mais abundantes é a área de infra-estrutura econômica, enquanto as áreas de informação e conhecimento e meio ambiente, recebem poucos recursos.

Aqui se comete o mesmo erro de concepção que foi cometido quando da formatação da SUDENE, em 1961: o dualismo público-privado. Ali dava-se o incentivo com recursos públicos e deixava-se para o setor privado determinar o setor, onde e quando investir. Aqui até se induz em quais projetos deve-se investir, mas se deixa para o setor privado a decisão onde investir.

Alguém tem alguma dúvida que os investimentos fluirão, em sua grande maioria, para os projetos e “eixos” mais rentáveis e mais, economicamente, potenciais?

Assim, o objetivo, explícito, da nova política de reduzir as disparidades regionais, não poderá ser alcançado! Veja-se que aqui o “mote” é “investir onde a possibilidade de maior rentabilidade seja maior”.

Não estamos contra a idéia do “portfolio de investimentos”. Estamos temerosos quanto à sua eficácia como instrumento de política pública de desenvolvimento socioeconômico sustentável. E de ser este o único caminho a ser seguido pelo governo quanto a este aspecto.

Alguém poderá argumentar que se tais projetos já estão incluídos nos orçamentos e nos PPAs federais é porque o Estado está assumindo o compromisso de concretizá-los. Ledo engano!

Tanto o Orçamento quanto o PPA são apenas “indicações” da política pública. Que pode se concretizar ou não. Lembremo-nos que a máxima sobre o instituto do

Orçamento é: *Se não está no Orçamento não pode ser feito; se está no Orçamento pode (mas não necessariamente será) ser feito!*

Ao se analisar os dados da Tabela 8, várias críticas podem ser formuladas. A princípio chama a atenção a distribuição setorial dos investimentos: dos R\$309,3 bilhões: R\$184,8 bilhões serão alocados em projetos de infra-estrutura econômica. E, como já foi dito, grande parte desses investimentos serão alocados nas regiões mais ricas do País. Assim, essa política será um veículo para **aumentar** as disparidades regionais.

O segundo ponto importante a se destacar é o volume de recursos destinado ao desenvolvimento social. Aqui, tem-se que os valores médios anuais a serem investidos atingirão algo em torno de R\$14,1 bilhões. Por outro lado, a análise dos gastos do Governo Lula dentro dessa rubrica, mostra que, quanto a este aspecto, anualmente, está sendo gasto na área social algo em torno de R\$50,00 bilhões. Isto mostra quão pífia era a política regional dentro deste contexto.

De qualquer forma, para uma região onde 53,8 % da população está abaixo da linha de pobreza absoluta, destinar 50,0% do total dos recursos orçados nos eixos nordestinos para a área social, parece ser uma acertada política econômica. A discussão subjacente é, então, sobre se tais recursos são suficientes ou não para tirar essa população do estado de pobreza em que se encontra.

4.2 A Regionalização via Mesorregiões

No que diz respeito à política regional do presente, não foi possível encontrar os estudos (se é que existem) que subsidiaram a decisão sobre a escolha das sub-regiões a serem trabalhadas.

Mas não se pode olvidar que a regionalização proposta pelo Ministério da Integração não guarda muita semelhança quer com as mesorregiões definidas pelo IBGE, quer com as regionalizações existentes nos estados, pelo menos no que diz respeito aos Estado do Ceará e Maranhão.

No Ceará, por exemplo, a regionalização do Estado para efeito de planejamento elege o Cariri como uma das Regiões de Planejamento, mas esta região abrange, no Estado, área bem superior à que é abrangida para a Mesorregião da Chapada do Araripe, do PROMESO.

Por outro lado, não se pode pensar em desenvolvimento regional de um país, trabalhando-se com políticas voltadas para sub-espacos regionais isolados, sem levar em consideração as inter-relações econômicas, sociais e culturais que as envolvem.

Se a política regional via eixos de integração pecou por ter como pilar somente os aspectos das potencialidades econômicas, embora territorialmente tivesse o viés holístico; a política regional do atual governo peca pela fragmentação territorial apresentada, embora, como já foi visto, para alguns casos haja sobreposição das áreas afetadas a mais de um Programa.

5 OS PROJETOS (REGIONAIS) NOS EIXOS DE INTEGRAÇÃO E NA ATUAL POLÍTICA REGIONAL BRASILEIRA: A PARTICIPAÇÃO DO NORDESTE

As informações disponíveis nos PROGRAMAS **BRASIL EM AÇÃO** e **AVANÇA BRASIL** não primam pela exatidão quantitativa do tamanho (qualquer que seja a unidade de medida) dos projetos. Assim, não foi possível quantificar cada um dos projetos ali listados. De qualquer forma, fizemos um esforço para numeralizar a abrangência dos 28 diferentes tipos de projetos listados nos dois documentos supra citados. Tal tentativa é apresentada na Tabela 9, a seguir.

Deve-se chamar a atenção que é difícil fazer-se um estudo comparativo entre as regiões, haja vista que as especificidades de cada uma delas, estabelece a existência de diferentes portfólios de investimentos e, conseqüentemente, do número e tipos de projetos. De qualquer forma, para aqueles tipos de investimentos comuns a todas as regiões, pode-se fazer algumas ilações sobre seus impactos para o desenvolvimento daqueles espacos físicos nos quais estão inseridos.

Tabela 9: Projetos dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, por Região

PROJETOS	UNIDADE DE MEDIDA	NÚMERO/ MEDIDA/ EXTENSÃO	REGIÕES					SUL
			NO	NE	C-O	SUD		
Aeroporitos	Unidade	25						
Portos/Terminalis	Unidade	26	6	5	8	4	3	
Estradas Rodoviárias Federais	Km	12.112	4.500	1.354	2.839	1.691	1.728	
Estradas Rodoviárias Estaduais	Km	4.139	330	-	2.565	304	940	
Estradas Ferroviárias	Km	11.733	-	3.376	3.486	2.011	2.860	
Hidroviás	Km	1.043	-	-	1.043	-	-	
Barragens	M3	-	-	-	-	-	-	
Irrigação	Km	-	-	-	-	-	-	
UTE	MW	17.968	1.045	1.920	450	10.259	4.294	
UHE	MW	28.032	11.000	564	9.841	1.752	4.875	
LT	Km	11.605	1.269	4.510	855	699	4.312	
LT UHE	Km	2.151	952	-	226	-	973	
Gasoduto	Km	920	920	-	-	-	-	
Telefonia Fixa	Unidade	27.041.650	1.241.650	3.900.000	2.300.000	15.000.000	4.600.000	
Telefonia Pública	Unidade	893.600	48.600	255.000	118.000	320.000	152.000	
Telefonia Móvel	Unidade	22.740.000	140.000	3.300.000	2.300.000	11.400.000	5.600.000	
Bolsa Escola	Nº alunos	2.606.000	264.000	1.100.000	354.000	563.000	325.000	
Educação Especial	Nº alunos	4.970.000	120.000	2.600.000	161.000	2.000.000	89.000	
Ensino Fundamental	Nº alunos	2.408.000	452.000	792.000	970.000	189.000	797.000	
Novas Vagas	Nº vagas	4.436.000	349.000	1.000.000	618.000	1.600.000	869.000	
Qualificação de Docentes	Nº docentes	351.000	30.000	134.000	104.000	51.000	32.000	
PSF + ACS	Nº pessoas	182.300.000	10.400.000	48.600.000	20.400.000	68.000.000	34.900.000	
Endemias	Nº pessoas	182.300.000	10.400.000	48.600.000	20.400.000	68.000.000	34.900.000	
Leitos Hospitalares	Nº leitos	151.000	12.000	33.000	22.000	56.000	28.000	
Médicos	Nº médicos	44.000	4.000	10.000	6.000	16.000	8.000	
Moradias	Nº moradias	2.274.000	140.000	751.000	394.000	617.000	372.000	
Saneamento	Nº moradias	14.500.000	1.100.000	3.800.000	2.100.000	4.600.000	2.900.000	
Água	Nº moradias	18.900.000	1.300.000	6.000.000	2.900.000	5.000.000	3.700.000	
Lixo	Nº moradias	14.400.000	1.000.000	4.300.000	1.800.000	4.600.000	2.700.000	

Como se pode observar os quantitativos, dentre as diversas regiões são os mais díspares, qualquer que seja o projeto.

Há de se argumentar que não poderia ser diferente, haja vista que as regiões apresentam, entre si, aspectos socioeconômicos também bastante diversos.

Mas como explicar a concentração de alguns programas ditos “sociais” , nas regiões sul e sudeste, como é o caso dos Programas Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde, as quais, juntas, englobam 56,45% do número de pessoas beneficiadas, nos dois programas?

Os dados da Tabela 10 mostram que para as variáveis que se inserem no item “Transporte”, o Nordeste é aquinhado com percentuais bem acima de sua participação na economia brasileira, exceção para o item “estradas rodoviárias estaduais”, para o qual não há qualquer previsão de investimento. Entretanto, todos estes percentuais figuram abaixo da participação nordestina na população brasileira.

Por outro lado, no que diz respeito aos investimentos na área social, alguns deles apresentam valores que se situam acima do percentual da população nordestina sobre a brasileira, como é o caso dos Programas Bolsa Escola, Educação Especial e Qualificação de Docentes. Para outros, a Região recebe percentual de investimentos idênticos ao seu percentual populacional. Estes são os casos dos Programas Ensino Fundamental , Moradias e Água. Nos demais, o percentual nos investimentos totais apresentam-se inferiores ao que a população do Nordeste representa no contexto da população do Brasil.

Na realidade, o grande problema aqui é que não temos a metodologia de cálculo dos investimentos projetados. Ou, em outras palavras, não sabemos o que determinou o volume de investimento para cada Programa e para cada Região.

Desta forma, as críticas que podemos fazer são mais gerais que específicas. De qualquer forma, elas permitem observar um certo grau de arbitrariedade nas alocações previstas, quando estas são analisadas sob a ótica das participações do Nordeste na economia e na população brasileiras.

Tabela 10: Projetos dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, por Região

PROJETOS	UNIDADE DE MEDIDA	TOTAL BRASIL NÚMERO/MEDIDA/ EXTENSÃO	TOTAL NORDESTE	% NO/BR
Aeroportos	Unidade	25	7	28,0
Portos/Terminais	Unidade	26	5	19,2
Estradas Rodoviárias Federais	Km	12.112	1.354	0,0
Estradas Rodoviárias Estaduais	Km	4.139	-	0,0
Estradas Ferroviárias	Km	11.733	3.376	28,8
Hidrovias	Km	1.043	?	?
Barragens	M3	-	?	?
Irrigação	Km	-	?	?
UTE	MW	17.968	1.920	10,7
UHE	MW	28.032	564	2,0
LT	Km	11.605	4.510	38,7
LT UHE	Km	2.151	-	0,0
Gasoduto	Km	920	-	0,0
Telefonia Fixa	Unidade	27.041.650	3.900.000	14,4
Telefonia Pública	Unidade	893.600	255.000	28,5
Telefonia Móvel	Unidade	22.740.000	3.300.000	14,5
Bolsa Escola	Nº alunos	2.606.000	1.100.000	42,2
Educação Especial	Nº alunos	4.970.000	2.600.000	52,3
Ensino Fundamental	Nº alunos	2.408.000	792.000	32,9
Novas Vagas	Nº vagas	4.436.000	1.000.000	22,5
Qualificação de Docentes	Nº docentes	351.000	134.000	38,2
PSF + ACS	Nº pessoas	182.300.000	48.600.000	20,7
Endemias	N.º pessoas	182.300.000	48.600.000	26,0
Leitos Hospitalares	Nº leitos	151.000	33.000	21,9
Médicos	N.º médicos	44.000	10.000	22,7
Moradias	N.º moradias	2.274.000	751.000	33,0
Saneamento	N.º moradias	14.500.000	3.800.000	26,2
Água	N.º moradias	18.900.000	6.000.000	31,8
Lixo	N.º moradias	14.400.000	4.300.000	29,9

Não se deve deixar de registrar, entretanto, que a política atual de desenvolvimento regional contempla o Nordeste de uma maneira bem mais expressiva que aquela esposada nos Programas Brasil em Ação e Avança Brasil. De fato, na política atual, registramos a existência de um Macroprograma para o Semi-Árido. Que dentro do PROMESO temos quatro programas que se destinam, em sua totalidade ou em parte, a áreas do Nordeste, como aqueles cujas ações se voltam para as seguintes sub-regiões: a) bico do papagaio, b) xingo; c) chapada do Araripe; e d) chapada das mangabeiras.

6 O ESTADO DO CEARÁ NA POLÍTICA REGIONAL BRASILEIRA: PASSADO E PRESENTE

6.1 O ESTADO DO CEARÁ NO CONTEXTO DOS EIXOS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

Neste item vamos tentar estabelecer a participação do Estado do Ceará nos investimentos previstos nos Eixos de Integração do Nordeste.

Para tanto, elaboramos a Tabela 11, buscando estabelecer os quantitativos, monetários ou não, dos projetos destinados ao Ceará.

Como se pode verificar, apesar da falta gritante de estatísticas comparáveis para o trinômio Brasil-Nordeste-Ceará (note-se que se tem alguns dados apenas para transporte e energia), a política regional do Governo Federal não pode ser dita das mais auspiciosas para o Estado. De fato, para diversas variáveis analisadas, verifica-se que o Ceará é aquinhado com menos de um por cento (1,0%) do que está sendo planejado para o País. Estes são os casos dos quilômetros de rodovias federais e quilômetros de gasoduto. Na realidade, nenhuma das variáveis quantificadas apresenta valores compatíveis com a participação de sua área e de sua população, em termos nacionais. Exceto para a variável "linhas de transmissão" cuja participação do Estado na quilometragem prevista é de 11,90%.

Como não é possível, por absoluta falta de dados comparáveis entre Brasil, Nordeste e Ceará, fazer qualquer comentário sobre o que foi proposto pelo Governo Federal para as outras variáveis listadas em sua política regional, este aspecto fica prejudicado.

De qualquer forma, tendo em vista que os investimentos em infra-estrutura formam a base da política regional brasileira, fica muito nítido a pouca relevância dada ao Ceará pelos burocratas de Brasília.

Tabela 11: Projetos dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
(Transporte e Energia): Brasil, Nordeste e Ceará – 2000-2007

PROJETOS	UNIDADE DE MEDIDA	TOTAL BRASIL/MÉDIA/EXTENSÃO	TOTAL NORDESTE	TOTAL CEARÁ	%	
					CE/BR	CE/N E
Aeroportos	Unidade	25	7	1	4,00	14,29
Portos/Terminais	Unidade	26	5	1	3,84	20
Estradas Rodoviárias Federais	Km	12.795	1.354	120	0,93	8,86
Estradas Rodoviárias Estaduais	Km	4.139	0,0	0,0	0,0	0,0
Estradas Ferroviárias	Km	11.733	3.376	179	1,52	5,30
Hidroviás	Km	1.043
Barragens	M3
Irrigação	Km	-	-	-	-	-
UTE	MW	17.968	1.920	240	1,33	12,5
UHE	MW	28.032	564	0,0	0,0	0,0
LT	Km	11.605	4.510	1.381	11,90	30,62
LT UHE	Km	2.151	0,0	0,0	0,0	0,0
Gasoduto	Km	920	0,0	0,0	0,0	0,0

FONTE: BRASIL; Avança Brasil: Plano Plurianual 2000-2003 – Orçamento da União 2000. Brasília: Presidência da República, 2000.

6.2 O ESTADO DO CEARÁ NO CONTEXTO DA POLÍTICA REGIONAL DO BRASIL E NA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL

Em agosto de 2000, em reunião dos Presidentes dos Países da América do Sul, ocorrida em Brasília, os mandatários da região acordaram em realizar ações conjuntas para impulsionar o processo de integração política, social e econômica sul-americana, incluindo a modernização da infra-estrutura regional e a implantação de ações específicas para estimular a integração e o desenvolvimento de sub-regiões específicas.

Dessa reunião, surgiu o PLANO DE AÇÕES, o qual foi formulado na reunião de Ministros de Transporte, Energia e Telecomunicações da América do Sul, ocorrida na cidade de Montevideu, em dezembro de 2000.

Para a implementação do Plano de Ações, com o apoio dos governos dos doze países da região, mais o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID),

da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), foi instituído um Acordo intitulado **INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA – IIRSA**, tendo como objetivo principal: “o desenvolvimento da infra-estrutura regional num marco de competitividade e/ou sustentabilidade crescentes de tal maneira a gerar as condições necessárias para conquistar na região um padrão de desenvolvimento estável, eficiente e eqüitativo, indicando os requerimentos de tipo físico, normativos e institucionais necessários e procurando mecanismos de implementação que promovam a integração física a nível continental nos próximos dez anos.” (IIRSA, 2004, pág. 3).

A idéia subjacente ao Plano de Ações é o entendimento de que a América Latina só poderá crescer de maneira sustentável se melhorar sua competitividade. Assim, aumentar a produtividade da economia sul-americana, dentro de um contexto de igualdade contributiva, se torna o principal desafio, político e econômico, que a região enfrenta atualmente.

Os idealizadores dessa nova política elegeram a infra-estrutura econômica como a variável primordial condicionante do desenvolvimento socioeconômico.

Esta visão fica bastante explícita, quando se lê a seguinte assertiva: “A visão da infra-estrutura como elemento chave de integração está baseado na noção de que o desenvolvimento sinérgico de transporte, energia e telecomunicações possam gerar um impulso definitivo para a superação de barreiras geográficas, a aproximação de mercados e a promoção de novas oportunidades econômicas, sempre que se desenvolva em um contexto de abertura comercial e de investimentos, de harmonização e convergência regulamentaria e de coesão política crescente.” (IIRSA, 2004, PÁG. 4).

Como pano de fundo dessa visão, tem-se a concepção de que a integração da infra-estrutura regional permitirá o acesso ao mercado em suas duas dimensões: acesso ao mercado supridor de matérias-primas e ao mercado consumidor de produtos finais.

Entretanto, argumentam os idealizadores dessa política regional, que não devemos ver a problemática desenvolvimentista sul-americana, apenas sob este prisma.

Na verdade, será necessário abordar o problema de uma maneira sistêmica, concebendo um processo logístico integral que inclua o melhoramento dos sistemas, das regulamentações aduaneiras, das telecomunicações, dos sistemas de fretes, seguros, armazenamento e processamento de permissões.

Veja-se que aqui, a visão não é “sistêmica” no sentido do desenvolvimento socioeconômico sustentável, mas no sentido da integração de todos os fatores e agentes que integram os fluxos de comércio.

Portanto, a visão “sistêmica”, fica condicionada aos princípios orientadores definidos pelas autoridades (Ministros) das áreas de transporte, energia e telecomunicações.

Tais princípios são:

- **Regionalismo Aberto**
- **Eixos de Integração e Desenvolvimento**
- **Sustentabilidade Econômica, Social, Ambiental e Política**
- **Valor Agregado da Produção**
- **Tecnologias da Informação**
- **Convergência Normativa**
- **Coordenação Público-Privada**

Como se pode verificar, a idéia que dá força à política ora examinada, é exatamente aquela já analisada para a política de desenvolvimento regional brasileira, explicitada pelo Ministério da Integração que tem como seu ponto principal a idéia do portfolio de investimentos dispersos pelos diversos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento e cujo suporte financeiro deverá surgir da Parceria Público-Privada.

Dado este cenário, podemos agora tentar fazer a contextualização do Estado do Ceará dentro dessas políticas regionais do Brasil e da América do Sul.

A maneira mais simples de executar esta tarefa é comparando os mapas dos eixos de integração sul-americana e do Brasil.

Conforme se pode ver no Mapa 2, abaixo, a América do Sul foi dividida em 10 Eixos de Integração

Mapa 5: Os Eixos de Integração da América do Sul



A configuração dos espaços físicos desses eixos mostra dois fatos intrigantes: o primeiro é que há, diferentemente do que foi estabelecido para o modelo de regionalização no Brasil, o modelo axial-regional, uma acentuada superposição de eixos. Veja-se, por exemplo, o caso dos eixos Hidrovia Paraguai-Paraná, Interoceânico Central, Eixo de Capricórnio e Eixo Mercosul. Isto demonstra que a concepção de “eixo” no projeto sul-americano, baseado tão-somente nos corredores potenciais de comércio difere da concepção axial implantada no Brasil, na qual algumas outras variáveis são levadas em consideração. O segundo fato intrigante é o quase completo isolamento do nordeste brasileiro dentro dessa concepção de política. De fato, apenas o Eixo Interoceânico Central engloba espaços nordestinos, principalmente o sul da Bahia.

Quando comparamos os Mapas dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, do Brasil, e os Eixos de Integração da América do Sul, se nota

claramente a diferença maior de concepção das duas políticas. No caso do Brasil, não há vácuos entre os eixos (exceto para o Eixo Arco Norte, formado por dois espaços físicos não contíguos). No caso dos Eixos Sul-Americanos, há dois grandes vácuos entre tais eixos: um que cobre quase toda a Região Nordeste e um outro inserido entre os Eixos Andino, Escudo das Guianas e o Eixo da Amazônia.

Fica, pois, bastante explícito que enquanto a política nacional tenta conciliar o binômio integração-desenvolvimento, a política sul-americana só contempla o fenômeno "integração".

Por fim, deve-se chamar a atenção quanto à política regional do Governo Lula no que diz respeito à integração nacional e à integração com a economia da América Latina.

Afora o PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAIXA DE FRONTEIRA e os Programas para algumas áreas fronteiriças do PROMESO, tais como: Programa Alto Solimões, Programa Vale do Rio Acre, Programa Metade Sul do Rio Grande do Sul e o Programa Grande Fronteira do Mercosul, nada há a registrar quanto à "filosofia de integração" tão em voga nos anos noventa.

7 CONCLUSÕES

Do exposto podemos tirar as seguintes conclusões:

- O Ceará não joga qualquer papel na política de integração sul-americana;
- O Ceará foi parcamente contemplado no portfólio de investimentos da política regional brasileira.
- O Ceará praticamente não foi contemplado pela política regional do Governo Lula, a não ser pela inserção de parte de sua região do Cariri no Programa Chapada do Araripe.

Estas três conclusões nos levam a compreender a importância que o Estado deve dar à sua relação com os Estados Unidos, a União Européia, a África e até com a Ásia. Neste sentido o Porto do Pecém e o Aeroporto Internacional Pinto Martins, devem ter todo o apoio do setor público na busca de suas expansões e modernização.

Assim, as atividades exportadoras e turísticas deverão gozar, por parte do Governo, de um cuidado especial, haja vista são estas as atividades que mais poderão contribuir para o desenvolvimento do Estado.

Há de se ter em mente, ainda, que será de fundamental importância para a integração do Ceará ao resto do Brasil, que o Governo do Estado tente reverter a posição na qual o Estado hoje se encontra na política brasileira de desenvolvimento regional.

8 BIBLIOGRAFIA

BRASIL; AVANÇA BRASIL. Plano Plurianual 2000-2003. Orçamentos da União 2000. Ministério do Planejamento. Brasília, 2000.

BRASIL; Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Proposta para Discussão. Ministério da Integração Nacional. Brasília, dezembro de 2003.

BRASIL; Programas de Desenvolvimento Regional. PPA 2004-2007. Ministério da Integração Nacional. Brasília, 2004.

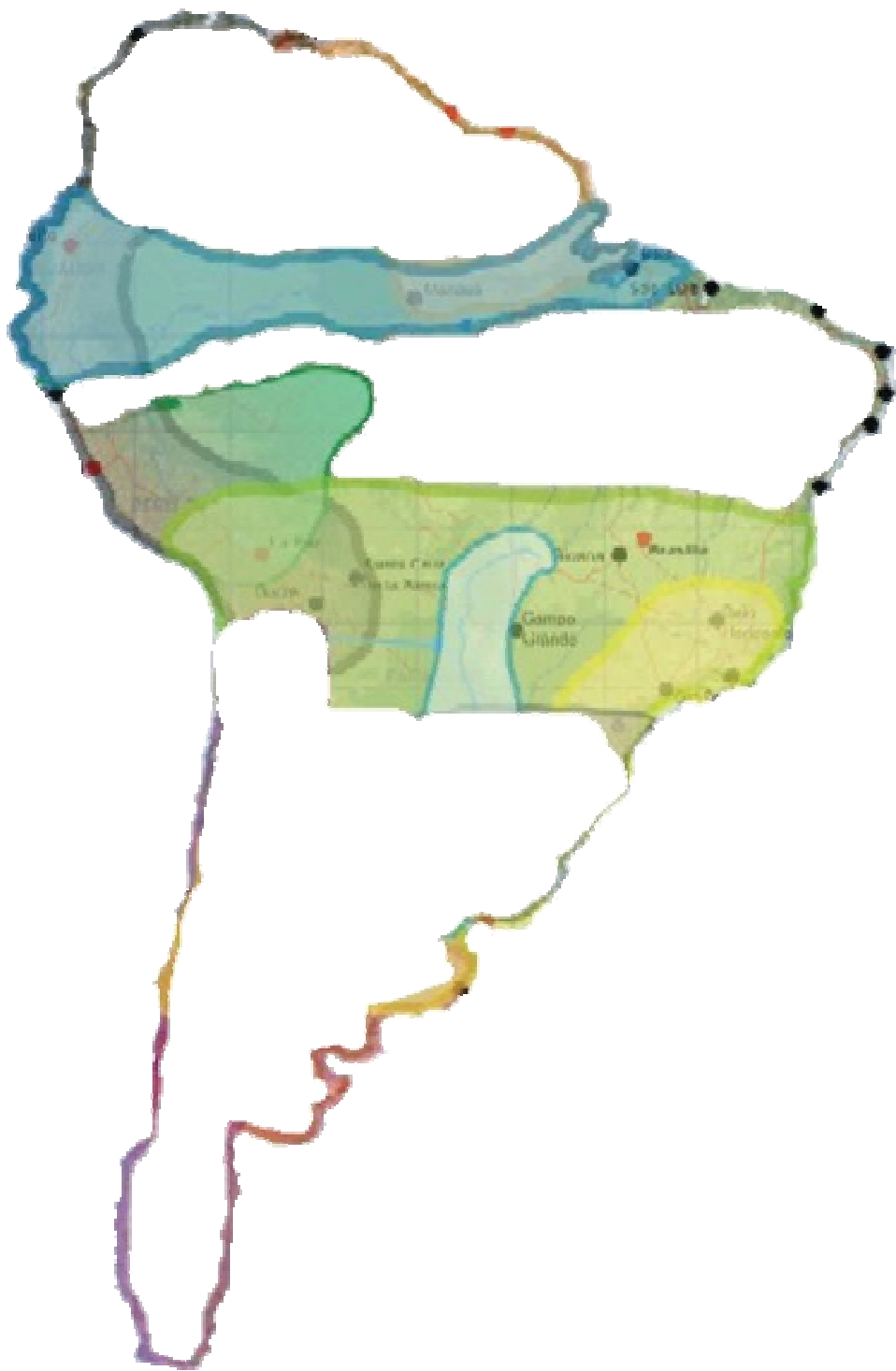
IIRSA; Planejamento Territorial Indicativo. Carteira de Projetos IIRSA 2004. IIRSA. Buenos Aires, dezembro 2004.

SOUZA, A . de Oliveira; "Diretrizes da política de desenvolvimento regional: o caso do programa governamental 'Avança Brasil'". Cópia xerografada. São Paulo, 2003.

ANEXOS

Anexo 1: Superpondo os Eixos Sul-Americanos e Brasileiros





Anexo 2: Eixos da Amazônia – Arco Norte e Madeira-Amazonas

As oportunidades de investimentos listadas neste Eixo, por setor econômico, foram os seguintes:

2.1. Na Área de Infra-Estrutura Econômica

- **TRANSPORTE**

AEROPORTO de Macapá (novo)
AEROPORTO de Porto Velho (novo)
AEROPORTO de Manaus (ampliação)
PORTO de Santana (complementação do píer de contêiners)
PORTO de Manaus (terminal de passageiros)
PORTO de Santarém (terminal de grãos)
Novo PORTO de Manaus (construção)
PORTO de Porto Velho (adaptação para operar contêiners)
PORTO de Sotave ou Vila do Conde (conclusão das instalações)
BR-230/AM (pavimentação de 200 km)
BR-156/AP (pavimentação de 669 km)
BR-401/RR (pavimentação de 120km)
BR-317/AC (pavimentação de 374km)
PA-253 (pavimentação de 40km)
PA-252 (pavimentação de 120km)
PA-256 (pavimentação de 170km)
BR-230/PA (pavimentação de 910km)
BR-163PA (pavimentação de 1.007km)
BR-364/AC (pavimentação de 490km)
BR-319/AM (pavimentação de 730km)

- **ENERGIA**

UTE Macapá (ampliação para 175MW)
UTE Manaus (ampliação para 540MW)
UTE Porto Velho (ampliação para 330MW)
GASODUTO Urucu-Porto Velho (construção de 500km)
GASODUTO Coari-Manaus (construção de 420km)
LT UHE Coaracy Nunes a Macapá (linhas de transmissão de 208km)
LT UHE Tucuruí a Imperatriz (linha de transmissão de 415km)
LT UHE Tucuruí a Vila do Conde (linha de transmissão de 329km)
LT de Porto Velho a Rio Branco (linha de transmissão de 494km)
LT de Porto Velho a Vilhena (linha de transmissão de 638km)
L T de Abunã a Guajará-Mirim (linha de transmissão de 137km)
UHE de Belo Monte (construção de usina hidrelétrica de 11.000MW)

- **TELECOMUNICAÇÕES**

TELEFONIA FIXA (instalação de 1.241.650 novos terminais)

TELEFONIA PÚBLICA (instalação de 48.660 novos terminais)
TELEFONIA MÓVEL (140.000 novos terminais)

2.2. Na Área de Desenvolvimento Social

- **EDUCAÇÃO**

CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS – Bolsa Escola (beneficiar 264 mil estudantes)
JOVENS DE 15 A 24 ANOS – Educação Especial (beneficiar 120 mil alunos)
JOVENS DE MAIS DE 14 ANOS – Ensino Fundamental (beneficiar 452 mil alunos)
NOVAS VAGAS NO PERÍODO 2000-2007 (349 mil vagas)
QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES (30 mil docentes)

- **SAÚDE**

Programas de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde -PSF (em 2007 atender 100% da população: 10,4 milhões de pessoas)
CONTROLE DE ENDEMIAS/VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AMBIENTAL E EPIDEMIOLÓGICA (em 2007 atender 100% da população: 10,4 milhões de pessoas)
LEITOS HOSPITALARES (oferta de 12.000 novos leitos hospitalares, até 2007)
MÉDICOS (até 2007 contratar mais 4.000 médicos)

- **HABITAÇÃO**

MORADIAS (até 2007 oferta de 140 mil novas moradias para famílias com renda até 3 salários mínimos)

- **SANEAMENTO**

SANEAMENTO (até 2007, cobertura de 1,1 milhão de domicílios com este serviço)
ÁGUA (até 2007 atender a 1,3 milhão de domicílios com este serviço)
LIXO (até 2007 atender a 1,0 milhão de domicílios com este serviço)

2.3. Na Área de Informação e Conhecimento

INFORMAÇÕES DA BIODIVERSIDADE
MECANISMOS DE DESENVOLVIMENTO LIMNPO
MARCA AMAZÔNIA
DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO
APROVEITAMENTO DOS RECURSOS PESQUEIROS
MANEJO DOS RECURSOS FLORESTAIS
DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS
BIOTECNOLOGIA
INFORMAÇÕES PARA VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA

2.4. Na Área de Meio Ambiente

FITOFÁRMACOS E COSMÉTICOS DA AMAZÔNIA
RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS DA AMAZÔNIA
PROGRAMA DE ECOLOGIA MOLECULAR (PROBEM)
CENTROS DE REFERÊNCIA AMBIENTAL PARA OS ECOSSISTEMAS AMAZÔNICOS
ECOTURISMO LOCAL INTEGRADO
PÓLOS ECOTURÍSTICOS EM PARQUES NACIONAIS
TURISMO VERDE
CONCESSÃO DE USO DE FLORESTAS NACIONAIS
GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS FLORESTAIS NA AMAZÔNIA
MONITORAMENTO E CONTROLE DO ARCO DO DESFLORESTAMENTO (PROARCO)
GESTÃO INTEGRADA DA BACIA DO RIO MADEIRA
AGENDA POSITIVA PARA O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS
MARINHOS
GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS PESQUEIROS DA BACIA AMAZÔNICA
PESCA ESPORTIVA
FRUTAS DA AMAZÔNIA
PÓLO DE DIFUSÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS (ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA; ECOTURISMO)
POVOS DA FLORESTA E RESERVAS EXTRATIVISTAS
UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DE PALMEIRAS NATIVAS E ADAPTADAS

Anexo 3: Eixos do Nordeste - Transnordestino e São Francisco

As oportunidades de investimentos listadas neste Eixo, por setor econômico, foram os seguintes:

3.1. Na Área de Infra-Estrutura Econômica

- **TRANSPORTE**

AEROPORTO de Salvador (novos terminais de carga doméstica e internacional)

AEROPORTO de Petrolina (ampliação da pista de decolagem)

AEROPORTO Campo dos Palmares – Maceió (novo terminal de passageiros e ampliação pátio de aeronaves)

AEROPORTO Internacional Pinto Martins – Fortaleza (ampliação da pista de decolagem, terminal de passageiros e pátio de aeronaves)

AEROPORTO de Natal (Novo)

AEROPORTO de Guararapes – Recife (ampliação da pista de decolagem, terminais de passageiros e de cargas)

AEROPORTO de São Raimundo Nonato (construção de novo aeroporto)

COMPLEXO PORTUÁRIO DO RECÔNCAVO BAIANO (construção de píer no porto de Salvador e pátio para contêiners)

PORTO de Pecém/CE (construção berço de contêiners)

PORTO de Areia Branca/RN (ampliação da infra-estrutura portuária)

HIDROVIA DO PARNAÍBA (conclusão de 2 eclusas e canal de interligação na barragem de Boa Esperança)

TERMINAIS DE GRÃOS em Teresina e Santa Filomena (construção de 2 terminais para transbordo e armazenamento)

HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO (complementação de obras previstas no Programa Brasil em Açãõ)

MALHA FERROVIÁRIA CENTRO-LESTE, entre Candeias e Salvador Pinto (construção de 76 km de linha, 2 Km de pontes, e 4 Km de passagens laterais)

MALHA FERROVIÁRIA CENTRO-LESTE (restauração de 1.131km de linha)

FERROVIA TRANSNORDESTINA (construção de 529km)

MALHA FERROVIÁRIA DO NORDESTE, entre Mossoró e Souza (recondicionamento e melhoria do sistema de sinalização de 242km)

MALHA FERROVIÁRIA DO NORDESTE, entre São Luis e Teresina (recondicionamento de 442Km de linha)

MALHA FERROVIÁRIA DO NORDESTE, entre Salgueiro e Recife e entre Teresina, Altos e Crateús (restauração de 891 km de linha)

BR-020/PI (pavimentação de trecho entre Picos e São Raimundo Nonato)

BR-324/PI (pavimentação de 165km)

BR-407/BA (duplicação de 132 km)

BR-116/324/BA (duplicação de 20km)

BR-135/BA (pavimentação de 70km)

BR-135/BA (construção de 115km)

BR-232/PE (duplicação de 120km)

BR-101/RN/PB/PE/AL/SE (duplicação de rodovias e construção de 625km)

BR-222/CE (duplicação de 88km)

BR-116/CE (duplicação de 19km)

- **ENERGIA**

UHE Sacos (construção usina hidrelétrica de 114MW)
UHE Itapebi (construção de hidrelétrica de 450MW)
UTE NE II - Salvador (construção usina termelétrica de 360MW)
UTE Carmópolis (construção usina termelétrica de 80MW)
UTE Pecém (construção usina termelétrica de 240MW)
UTE Cosern (construção usina termelétrica de 100MW)
UTE Suape (construção de usina termelétrica de 240MW)
UTE Trikem (construção de usina termelétrica de 100MW)
UTE Cabedelo (construção de usina termelétrica de 300MW)
UTE Alto Rodrigues (construção de usina termelétrica de 230MW)
UTE Macau (construção de usina termelétrica de 270MW)
LT Camaçari a Funil (construção de linha de transmissão de 301km)
LT Poções a Brumado II (construção de linha de transmissão de 145km)
LT de Itaparica a Fortaleza (construção de linhas de transmissão em um total de 2.209km)
LT de Paulo Afonso a Fortaleza (construção de linha de transmissão de 640km)
LT de Banabuiú a Natal (construção de linha de transmissão de 995km)

- **TELECOMUNICAÇÕES**

TELEFONIA FIXA (implantação de 3,9 milhões de terminais)
TELEFONIA PÚBLICA (implantação de 255 mil novos terminais)
TELEFONIA MÓVEL (implantação de 3,3 milhões de novos acessos)
COMUNICAÇÃO DE DADOS (implantação de 43 mil novos acessos)
RADIOCHAMADA –PAGING (implantação de 671 mil novos acessos)
TRUNKING (implantação de 137,2 mil novos acessos)
CONEXÃO COM FIBRA ÓTICA entre Salvador e Recife (instalação de conexão a 2,5 Gbps)
CONEXÃO COM FIBRA ÓTICA entre Salvador e Recife (instalação de conexão a 10 Gbps)
CONEXÃO COM FIBRA ÓTICA entre Fortaleza e Recife (instalação de conexão a 2,5 Gbps)

3.2. Na Área de Infra-Estrutura Hídrica

- **ADUTORAS E CANAIS**

ALAGOAS (Pão de Açúcar- Olho d' Água das Flores, Alto Sertão, Agreste, Sertão Alagoano)
BAHIA (Rio do PAULO, Truvisco, Feijão,, Ampliação da Adutora do Sisal, Canal adutor da Serra de batateira)
CEARÁ (Eixos de Integração- Jaguaribe-Icapuí)
PARAÍBA (Patos e Congo)
PERNAMBUCO (Jucazinho, Pajeú, Carpina, Sertão Pernambuco, Adutora do Oeste)
PIAUÍ (Petrônio Portela, Acauã do Oeste, Eixos de Integração do Rio São Francisco/Piauí, Bocaína)

RIO GRANDE DO NORTE (Caicó)
SERGIPE (Interligação e Ampliação do Sistema Adutor Piauitinga, Interligação e Ampliação da Adutora do São Francisco)

- **BARRAGENS E ADUTORAS**

BAHIA (Catolé grande, Brumado, Itabuna, Baraúna, Pindobaçu)
MINAS GERAIS (Congonhas, Berizal)
PARAÍBA (Acauã, Aracaji, Barra do Camará, Mucutu, Mumbamba)
PERNAMBUCO (Pirapama)
PIAUÍ (Pedra redonda)

- **BARRAGENS**

BAHIA (Pedra Branca, Pedras Altas, Bandeira de Melo)
CEARÁ (Castanhão, Arneiroz, Taguara, Figueredo)
MINAS GERAIS (Jequitaí, Rio das Velhas, Paracatu)
PARAÍBA (Almas)
PIAUÍ (Jenipapo, Salinas, Algodão II, Caldeirão, Tingus, Rangel/Contrato, Mesa de Pedra)
RIO GRANDE DO NORTE (Santa Cruz do Apodi, Umari)
SERGIPE (Vasa Barris)

- **IRRIGAÇÃO**

ALAGOAS (Marituba, Pindorama)
BAHIA (Iuil-Sul, Baixio do Irecê - 1ª e 2ª Etapas, Salitre, Cruz das Almas)
CEARÁ (Tabuleiro de Russas, Baixo Acaraú, Araras Norte, Jaguaribe-Apodi)
MINAS GERAIS (Jaíba)
PARAÍBA (Várzea de Souza)
PERNAMBUCO (Pontal, Pontal Sobradinho, Brejo de Santa Maria, Serra Talhada)
PIAUÍ (Guadalupe -2ª Etapa)
RIO GRANDE DO NORTE (Mendubim)
SERGIPE (Jacarecida)

- **ÁGUA SUBTERRÂNEA**

BAHIA (Tucano)
PARAÍBA (João Pessoa)
PERNAMBUCO (Jatobá)
REGIÃO NORDESTE (Recuperação, dessalinização e Implantação de Poços)

- **TRANSPOSIÇÃO DE BACIAS**

CE/RN/PB/PE (Transposição de Águas do Rio São Francisco)
CE/PI (Eixo de Integração do Ibiapava)

- **RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA**

REGIÃO NORDESTE (Recuperação de Barragens, Açudes e Adutoras)

3.3. Na Área de Desenvolvimento Social

- **EDUCAÇÃO**

CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS – BOLSA ESCOLA (beneficiar 1,1 milhão de alunos)

JOVENS DE 15 A 24 ANOS – ENSINO ESPECIAL (beneficiar 792 mil alunos)

JOVENS ACIMA DE 14 ANOS – ACELERAÇÃO (beneficiar 2,6 milhões de alunos)

NOVAS VAGAS (criação, no período 2000-2007, 1,0 milhão de novas vagas)

QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES (qualificar 134 mil docentes)

- **SAÚDE**

PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (até 2007, atender a 100% da população, 48,6 milhões de pessoas)

CONTROLE DE ENDEMIAS/VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AMBIENTAL E EPIDEMIOLÓGICA (até 2007 atender a 48,6 milhões de pessoas)

LEITOS HOSPITALARES (até 2007 aumentar a oferta de leitos hospitalares em 33 mil novos leitos)

MÉDICOS (até 2007 contratar mais 10 mil médicos)

- **HABITAÇÃO**

MORADIAS PARA FAMILIAS DE BAIXA RENDA (construção de 751 mil novas moradias)

- **SANEAMENTO**

ÁGUA (até 2007 a 100% do número de moradias: 6,0 milhões)

ESGOTO (atender a 25% do número de domicílios)

LIXO (até 2007 atender a 60% do número de domicílios)

3.4. Na Área de Informação e Conhecimento

RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

USO RACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS

DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA

ADAPTAÇÃO DE ESPÉCIES AO SEMI-ÁRIDO

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

INCUBADORAS E PARQUES TECNOLÓGICOS

DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS

DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS

3.5. Na Área de Meio Ambiente

COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

RECUPERAÇÃO DA CAATINGA

ECOTURISMO LOCAL INTEGRADO
PÓLOS ECOTURÍSTICOS EM PARQUES NACIONAIS
EXPANSÃO E PRESERVAÇÃO DA BASE FLORESTAL
APROVEITAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS
GESTÃO INTEGRADA DA BACIA DO RIO PIRANHA-AÇU
AGENDA POSITIVA PARA O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS
MARINHOS
DIVERSIFICAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA ALGODÃO/TÊXTIL: MERCADO VERDE
FRUTAS DO NORDESTE
UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DE PALMEIRAS NATIVAS E ADAPTADAS
RAÇAS NATIVAS DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

Anexo 4: Eixos Do Centro-Oeste - Araguaia-Tocantins E Oeste

As oportunidades de investimentos listadas neste Eixo, por setor econômico, foram os seguintes:

4.1. NA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

- **TRANSPORTE**

AEROPORTO de Brasília (ampliação do pátio de aeronaves e construção da nova pista de decolagem)

AEROPORTO de Goiânia (Construção do novo terminal de passageiros, novo pátio de aeronaves e nova pista de taxiamento, extensão da pista de decolagem)

AEROPORTO de Palmas (Construção do novo aeroporto de Palmas)

AEROPORTO de Bonito (Construção do novo aeroporto próximo a Bonito/MS)

BASE DE ALCANTARA (Construção de terminal portuário especial e de ligação rodoviária (15 Km) entre o porto e a rodovia MA-106)

DRAGAGEM DO RIO DA MORTES (Dragagem e derrocamento do trecho nova Xavantina a São Félix do Araguaia)

ECLUSA DA UHE LAJEADO (Construção da eclusa para transposição da UHE lajeado)

TRANSPOSIÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ (construção de um conjunto de duas eclusas, interligadas por um canal intermediário)

TRANSPOSIÇÃO DAS CORREDEIRAS DE SANTA ISABEL DO ARAGUAIA (Construção de um canal para evitar as corredeiras de Santa Isabel)

HIDROVIA TELES PIRES-JURUENA-TAPAJÓS (Implantação 1.043 Km de hidrovia)

HIDROVIA PARAGUAIA-PARANÁ (dragagem no Canal Camengo)

PORTO HIDROVIÁRIO DE CÁRCERES (adequação e ampliação do porto)

PORTO DE ITAQUI (adequação de dois berços para operação de contêineres)

TERMINAIS DO RIO ARAGUAIA (construção de três terminais hidroviários em Goiânia, Mato grosso e Santa Terezinha)

TERMINAIS NO RIO TOCANTINS (construção de cinco terminais hidroviários)

TERMINAIS DE SOJA (construção de terminais de soja em Aruanã e Nova Xavantina)

TERMINAIS DE SOJA E CIMENTO (em Xambioná)

TERMINAIS DE GRÃOS EM CACHOEIRA RASTEIRA (terminal para transbordo e armazenagem)

FERROVIA NORTE-SUL (construção de uma nova ferrovia Goiânia a Estreito com 1.466Km)

FERROVIA XAMBIONÁ A ESTREITO (construção de uma nova ferrovia, com 165Km)

MALHA FERROVIÁRIA OESTE (Construção de pontes e linhas laterais, 1330 Km)

FERRONORTE (construção de nova ferrovia, com 525)

BR-226/TO (restauração em 72 Km de pista simples na rodovia entre Wanderlândia e Estreito)

BR-010/MA (restauração em 118Km de pista simples na rodovia existente de Estreito a Imperatriz)

TO-296 (rodovia de 170 KM conectando Paranã/TO à BR-153/TO (Belém-Brasília), de 55Km em leito natural e de 115 Km São Salvador-Alvorada)

BR-158/MT (Construção de 423 Km de rodovia em pista simples na diretriz da rota precária existente, de Ribeirão Cascalheira à divisa MT/PA)

BR-060/MT (pavimentação de 150 Km de rodovia de Chapadão do Sul a Serranópolis)

BR-330/MA-006/PI-254 (complementação da pavimentação de 373 Km, de Balsas a Gilbués. Do total, 219 Km estão concluídas)

RODOVIAS ALIMENTADORAS DE TERMINAIS NOS RIOS ARAGUAIA E DAS MORTES (pavimentação de 318 de Km nas seguintes rodovias: GO-244/BR-080, entre São Miguel do Araguaia e Luís Alves, 51 Km

BR-242, de São Félix do Araguaia à BR-158, 114 km

MT-431, entre Sta. Terezinha e MT-413, 28 Km

MT-413, entre MT-431 e MT-423, 45 km

MT-432, entre MT-413 e Destilaria Gameleira, 80 Km

Construção da BR-251, DE Nova Xavantina a Paranatinga, 130 Km)

BR-153/GO E BR-365/MG (duplicação da e 240 Km da BR-153 e de 100 Km da BR-365)

BR-060/DF-GO (duplicação de 128 Km de rodovia do trecho de Taguatinga/DF a Anápolis/GO)

MT-170 (pavimentação de 555 Km de rodovia no trecho de campo novo do Parecis a Juína e Contriguaçu)

MT-319 (pavimentação de 245 Km rodovia, de Vilhena a Juína)

MT-235 (pavimentação de 256 Km rodovia e construção de 600 m de novas pontes, da MT-70 à BR-174. Trecho Comodoro a Campo Novo dos Parecis)

BR-364/MT (duplicação de 210 Km de rodovia, de Cuiabá a Rondonópolis, e construção de variante de 20 Km na Serra de São Vicente)

VÁRIAS ESTRADAS AGRÍCOLAS AO NORTE E LESTE DE MATO GROSSO (pavimentação de 1.023 Km nas seguintes rodovias: MT-208 de 272 Km, BR-163, MT-432, MT-160)

BR-267/MS (restauração no trecho de 175 Km, em Rio Brillante (MS) à BR-419/060)

BR-163/MT (melhoria e recuperação de 430 Km da BR-163/MT, de Cuiabá a Sinop)

VÁRIAS RODOVIAS NO OESTE: BR-174/MT, BR-364/RO (melhoramento de vários trechos da BR-174/MT, da BR-364/MT e BR-364/RO)

MT-220/MT-525 (pavimentação da rodovia MT-220 e MT-325, do Posto Fiscal Juruena a Juara.

MS-178 (pavimentação de 45 Km MS-178 no trecho Bonito -MS ao entroncamento BR-267)

MT-070 (pavimentação de 86 Km da MT-070)

• ENERGIA

UHE SERRA DO FALCÃO (hidrelétrica fio d'água no rio São Marcos, próxima à cidade de Catalão, com capacidade instalada de 210 MW)

UHE SERRA QUEBRADA (hidrelétrica fio d'água, localizada no rio Tocantins, COM CAPACIDADE INSTALADA DE 1.328 kW)

UHE TUCURUÍ ETAPA 2 (expansão da hidrelétrica localizada no rio Tocantins MW)

UHE PEIXE (construção de hidrelétrica no rio Tocantins, nas imediações de Peixe/TO, com capacidade instalada de 1.106 MW)

UHE TUPIRANTINS (construção de hidrelétrica no rio Tocantins nas imediações de Tupirantins/TO, com capacidade instalada de 1.000 MW)

UHE ESTREITO (construção de hidroelétrica no rio Tocantins nas imediações de Estreito/MA, com capacidade instalada de 1.200 MW)

UHE PONTE DE PEDRA (hidrelétrica fio d'água com capacidade instalada de 176 MW, localizada no Rio Correntes, próxima da Travessia da BR-163)

UHE GUAPORÉ (usina hidrelétrica no rio Guaporé, com capacidade instalada de 120 MW)

UHE ITIQUIRA I & II (duas hidrelétricas fio d'água, com capacidade instalada de 156 MW)

UHE COUTO MAGALHÃES (construção de hidrelétrica no rio Araguaia, com capacidade instalada de 200 MW)

UTE CAMPO GRANDE I (termelétrica a gás em Campo Grande/MS, com capacidade instalada de 300MW; gás natural fornecido pelo Gasoduto Bolívia-Brasil)

UTE CORUMBÁ (termelétrica a gás em Corumbá/MS, COM CAPACIDADE INSTALADA DE 150MW gás natural fornecido pelo Gasoduto Bolívia-Brasil)

LTs DA UHE CANA BRAVA A SERRA DA MESA E FLORES (duas linhas de transmissão de 230 Kv E Subestações associadas com: 176 Km, de Serra da Mesa e Flores e com 50 Km, de Serra da Mesa ao projeto hidrelétrico Cana Brava)

LT DE NOBRES A SINOP (linha de transmissão de 230KV e 345 Km, duplicando a linha existente e reforçando a rede Norte até Sinop)

LT A SINOP A JUÍNA (linha de transmissão de 138 KV (1º Circuito) 410 Km, incluindo subestações, que conecta municípios de Juara e Juína à rede Sul/Sudeste)

LT DE COLIDER A MATUPÁ/MT (linha de transmissão de 138 KV (1º circuito) e 100 Km de extensão)

- **TELECOMUNICAÇÕES**

TELEFONIA FIXA (implantação de 2,3 milhões de novos terminais)

TELEFONIA PÚBLICA (implantação de 118 mil novos terminais)

TELEFONIA MÓVEL (implantação de 2,3 milhões de novos acessos)

COMUNICAÇÃO DE DADOS (implantação de 21 mil novo acessos)

RADIOCHAMADA PAGING (implantação de 413 mil novos acessos)

TRUNKING (implantação de 85 mil novos acessos)

4.2. NA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- **EDUCAÇÃO**

CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS- Bolsa Escola (beneficiar 354 mil alunos)

JOVENS DE 15 A 24 ANOS- Bolsa Escola (beneficiar 161 mil)

JOVENS COM MAIS DE 14 ANOS QUE NÃO FREQUENTAM O ENSINO

FUNDAMENTAL (Beneficiar 970 mil alunos)

NOVAS VAGAS NO PERÍODO 2000-2007 (618 MIL VAGAS)

QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES NÃO HABILITADOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL (104 mil docentes)

- **SAÚDE**

PROGRAMAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA E DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (em 2000/02 atender 50% da população: 9,4 milhões de pessoas, em 2003/04 atender 70% da população: 13,6 milhões de pessoas, em 2005/06 atender 80% da população: 16 milhões de pessoas, em 2007 atender 100% da população: 20,4 milhões de pessoas)

CONTROLE DE EDEMIAS/VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AMBIENTAL E EPIDEMOLÓGICA (até 2007, foram atendidas 20,4 milhões de pessoas)

LEITOS HOSPITALARES (oferta de 22 mil leitos para atender a demanda projetada de 2000-2007)

MÉDICOS (contratação de 6 mil médicos, para atender o déficit existente de demanda projetada para o período 200-2007)

- **HABITAÇÃO PARA FAMÍLIAS COM ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS**

MORADIA (394 mil novas moradias, para atender a demanda projetada para 1997-2007)

- **SANEAMENTO**

ÁGUA (2,9 milhões de domicílios, para atender o déficit existente e a demanda projetada para o período de 2000-2007)

ESGOTO (expansão da rede de esgoto, ampliando o índice de cobertura

LIXO (expansão do sistema de coleta de lixo, ampliando o índice de atendimento para 50% de todos os domicílios 1,8 milhão de domicílios até 2007)

4.3. NA ÁREA DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

DIVERSIFICAÇÃO DA AGROPECUÁRIA

DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA

DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO

EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

SUSTENTABILIDADE DOS CERRADOS

APROVEITAMENTO DOS RECURSOS PESQUEIROS

LOGÍSTICA

4.4. NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE

FITOFARMACOS E COSMÉTICOS DA AMAZÔNIA

RAÇAS NATIVAS DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

ECOTURISMO LOCAL INTEGRADO

PÓLOS ECOTURÍSTICOS EM PARQUES NACIONAIS

TURISMO VERDE

GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS FLORESTAIS NA AMAZÔNIA

MONITORAMENTO E CONTROLE DO ARCO DE DESFLORESTAMENTO (PROARCO)

GESTÃO INTEGRADA DE BACIAS DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS

AGENDA POSITIVA PARA USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS MARINHOS)

GESTÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS DAS BACIAS DOS RIOS ARAGUAIS E TOCANTINS

PESCA ESPORTIVA

FRUTAS DO CERRADO

PÓLO DE DIFUSÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS (PRODUTO DE CERRADO,

MINERAÇÃO, POPULAÇÕES TRADICIONAIS)

POLO DA FLORESTA E RESERVAS EXTRATIVISTAS

UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DE PALMEIRAS NATIVAS E ADPATADAS
ESPÉCIE DE FAUNA BRASILEIRA COM POTENCIAL POSITIVO
CENTROS DE REFERÊNCIA AMBIENTAL DO CERRADO
GESTÃO INTEGRADA DA BACIA DO ALTO PARAGUAI
GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS DE PESQUEIRO DA BACIA AMAZÔNICA
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VALE GUAPORÉ
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL
PÓLO DE DIFUSÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO USO DA BODIVERSIDADE E COM
BASE NA PROTEÇÃO E CONTROLE DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

Anexo 5: Eixo do Sudeste

As oportunidades de investimentos listadas neste Eixo, por setor econômico, foram os seguintes:

5.1. NA ÁREA DE INFRA –ESTRUTURA ECONÔMICA

- **TRANSPORTES**

AEROPORTO de Congonhas(ampliação)
AEROPORTO da Pampulha (ampliação)
AEROPORTO de Vitória(novo)
AEROPORTO de Uberlândia (novo)
AEROPORTO internacional de Guarulhos (ampliação)
AEROPORTO internacional de Viracopos (ampliação)
AEROPORTO SANTOS DUMONT (ampliação)
PORTO DE VITÓRIA (terminal de contêineres)
PORTO DE SANTOS (terminal de grãos a ser construído)
PORTO DE SEPETIBA (ampliação do terminal de contêineres)
PORTO DE BARRA DO RIACHO (recuperação da infra-estrutura portuária)
FERROVIA SUL- LITOÂNEA (construção)
FERROVIA AÇO (atualização dos sistemas de sinalização)
FERROVIA ENTRE BARRA MASSA E BARRA DO PIRÁÍ (ampliação)
FERROVIA SÃO PAULO A SANTOS – ALTERNATIVA À CREMALHEIRA (construção de uma correia transportadora de minérios)
FERROVIA ARAGUARI E SANTOS (melhoria do sistema de pavimentação)
FERROVIA DA LINHA SÃO PAULO-IPERÓ E SANTOS (implantação de terceiro trilho entre São Paulo e Maringá)
LINHA NA REDE OESTE-SANTOS (restauração)
MALHA FERROVIÁRIA PAULISTA, ENTRE BAURU E SANTOS 9 restauração)
FERROVIA ENTRE CUBATÃO E SANTOS (restauração)
ALÇA DE FLORIANO (construção de um desvio em linha simples, conectando a Ferrovia Aço à linha Rio- SÃO Paulo)
FERROVIA ENTRE IBIÃ E GARÇAS DE MINAS (ampliação)
TRANSPOSIÇÃO FERROVIAS DE BELO HORIZONTE (construção de anel viário ao redor de Belo Horizonte)
PÁTIOS INTERMODAIS DO CORREDOR RIO DE JANEIRO- SÃO PAULO (construção de 2 pátios voltados para operação de contêineres)
FERROVIA ENTRE CUBATÃO E CONCEIÇÃOZINHA (novo sistema de sinalização)
FERROVIA ENTRE SANTOS E CAMPINAS (alteração de estruturas e melhoria da linha)
LIGAÇÃO FERROVIÁRIA ENTRE CAMPO LIMPO PAULISTA E ENGENHEIRO MANOEL FEIO/SP (nova ligação ferroviária)
LIGAÇÃO FERROVIÁRIA ENTRE VILA CALIFÓRNIA E EVANGELISTA DE SOUZA/SP (nova ligação ferroviária)
SP-150 E SP-160 (construção do trecho de serra da pista descendente da rodovia dos imigrantes)
SP –270 E SP-127 (manutenção)
BR-040/MG (duplicação de 238 Km de rodovia entre Belo Horizonte e Juiz de Fora)

BR-393/RJ (duplicação DE 199 Km de rodovia de Volta Redonda a Além-Paraíba)
BR-116/SP (alargamento de 18 Km de rodovia de 4 para 6 faixas)
BR-381/MG (duplicação de 207 Km da rodovia, de Belo Horizonte a João Molevade e Ipatinga)
BR-050/GO (duplicação de 207 Km, de Araguari a Uberaba, da divisa GO/MG à MG/SP)
SP-348 (prolongamento da rodovia dos bandeirantes)
SP-322 (duplicação de 56 Km, da SP-333)
BR-262/BR-494/MG (duplicação de 122 Km, sendo 89 Km da Br-262 (BETIM Nova Serrana) e 33 Km na BR-494 (Nova Serrana Divinópolis)
RODOANEL DE SÃO PAULO (construção de um anel viário na região Metropolitana de São Paulo)
RJ-109 (construção de uma nova rodovia)
BR 364/MG (pavimentação de 210 Km de rodovia)
CONTORNO RODOVIÁRIO NORTE DE BELO HORIZONTE (construção e adaptação de trechos rodoviários no contorno norte Belo Horizonte)
BR-101/ES (duplicação da rodovia BR-101 no trecho Rio Bonito/BJ à divisa RJ/ES)
BR-101/ES (duplicação da rodovia no trecho da divisa RJ/ES a João Neiva/ES)

- **ENERGIA**

UTE PAULÍNIA (usina de geração térmica a gás localizada em Paulínia/SP, com capacidade instalada de 630 MW)
UTE DUQUE DE CAXIAS (usina térmica a gás localizada na refinaria Duque de Caxias/RJ, com capacidade instalada de 1.100 MW)
UTE GABRIEL PASSOS (usina de geração térmica a gás localizada na refinaria Gabriel Passos/ MG, com capacidade instalada de 720 MW)
UTE ELETRAPAULO I & II (usina de geração térmica a gás localizada na cidade de São Paulo, com capacidade instalada de 900 MW)
UTE RIO I (usina de geração térmica a gás localizado no Rio Janeiro, com capacidade instalada de 720 MW)
UTE BTB I (usina de geração térmica a gás localizado no Município de Macaé/RJ, com capacidade instalada de 480 MW)
UTE ANGRA III (usina termonuclear com capacidade instalada de 1.309 MW)
UTE NORTE CAPIXABA (usina de geração de energia a gás em São Mateus/ES)
UTE NORTE FLUMINENSE (Construção de usina de geração térmica a gás natural nas imediações de Campos/RJ)
UTE CABIÚNAS (Construção de usinas térmicas a gás natural nas imediações de volta redonda /RJ)
UTE PIE 3 & 4 (construção de 2 usinas geração térmica a gás natural PIE-Produtor Independente de Energia, nas imediações da cidade do Rio de Janeiro)
UTE CUBATÃO (construção de usina de geração térmica a gás natural nas imediações de Cubatão/SP)
UTE BOM JARDIM (construção de usina de geração térmica a gás natural nas imediações de bom jardim/RJ)
UTE SANTA BRANCA (construção de usina de geração térmica a gás natural nas imediações de Santa Branca/SP)
UTE VITÓRIA (construção de usina de geração térmica a gás natural nas imediações de Vitória/ES)
UTE FUNIL GRANDE (hidrelétrica fio d'água, na cidade de Perdões/MG)

UHE AIMORÉS (hidroelétrica fio d'água no rio Doce, próxima à cidade de Aimorés/MG , com capacidade instalada de 396 MW)
UHE PILAR (hidrelétrica fio d'água no rio Piranga, a leste de Belo Horizonte)
UHE IRAPÉ (usina hidrelétrica dotada de reservatório no Rio Jequitinhonha)
UHE BUCAÍNA (usina hidrelétrica de geração de energia cumulativa controlada)
UHE CAPIM BRANCO I (hidrelétrica fio d'água no Rio Araguaia)
UHE CAPIM BRANCO II (usina hidrelétrica com capacidade instalada de 210MW)
LT DE CURITIBA A SÃO PAULO (linha de transmissão de 500KV e 350Km e subestações, para transferir energia para o centros de carregamento de São Paulo)
LT DE TIJUCO PRETA A ANGRA (linha de transmissão de 500 KV e 120 Km, da subestação DE Tijuco Preto à subestação de Angra com o centro de carregamento do Rio de Janeiro)
LT DE MONTES CLAROS A UHE IRAPÉ (linha de transmissão de 345 Kv e 145 Km e subestações associados, para interligar o projeto UHE Irapé com a rede de energia)
LT DE ANGRA A ADRIANÓPOLIS/GRAJAÚ E SÃO JOSÉ (linha de transmissão de 500 KV e 84Km, da subestação de Angra à subestação de Adrinópolis)

• TELECOMUNICAÇÕES

TELEFONIA FIXA (implantação de 15 milhões de novos terminais)
TELEFONIA PÚBLICA (implantação de 320 mil novos terminais)
TELEFONIA MÓVEL (implantação de 11,4 milhões de novos acessos)
COMUNICAÇÃO DE DADOS (93 mil novos acessos)
RADIOCHAMADA PAGING (2.3 milhões de novos acessos)
TRUNCKING (427 mil novos acessos)
CONEXÃO ENTRE BELO HORIZONTE E RIO JANEIRO (instalação de duas conexões por fibra ótica a 2,5 Gbps, por meio de cabo em rodovia)
CONEXÃO ENTRE RIO E VITÓRIA (instalação de uma conexões por fibra ótica a 2,5 Gbps, por meio de cabo submarino)
CONEXÃO ENTRE RIO E VITÓRIA (instalação de uma conexões por fibra ótica a 10 Gbps, por meio de cabo submarino)
CONEXÃO ENTRE SÃO PAULO E BELO HORIZONTE (instalação de duas conexões por fibra ótica a 2,5 Gbps, por meio de cabo em rodovia)
CONEXÃO ENTRE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO (instalação de três conexões por fibra ótica a 2,5 Gbps, por meio de cabo em rodovia)
CONEXÃO ENTRE Belo horizonte e Brasília (instalação de uma conexão por fibra ótica a 2,5 Gbps, por meio de cabo em rodovia)
CONEXÃO ENTRE SÃO PAULO E CAMPO GRANDE (instalação de uma conexão por fibra ótica a 2,5 Gbps, por meio de cabo em rodovia)
CONEXÃO ENTRE SÃO PAULO E RIO GRANDE (instalação de uma conexões por fibra ótica a 2,5 Gbps)
CONEXÃO ENTRE VITÓRIA E SALVADOR (instalação de um conexão por fibra ótica a 2,5 Gbps, por meio de cabo submarino)
CONEXÃO ENTRE VITÓRIA E SALVADOR (instalação de uma conexão por fibra ótica a 10Gbps, por meio de cabo submarino)

5.2. NA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- **EDUCAÇÃO**

CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS- Bolsa Escola (beneficiar 563 mil alunos)
JOVENS DE 15 A 24 ANOS –Programas Especiais (beneficiar 189 mil alunos)
JOVENS COM MAIS DE 14 ANOS QUE AINDA NÃO FREQUENTAM O ENSINO
FUNDAMENTAL (beneficiar 2 milhões de alunos)
NOVAS VAGAS NO PERÍODO 2000-2007 (1,6 milhões de vagas)
QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES(51 mil)

- **SAÚDE**

PROGRAMAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAUDE (200/02
atender 50% da população: 32 milhões de pessoas, para 2003/04 atender 705 da
população: 46 milhões de pessoas, 2005/06 atender 80% da população: 54 milhões
de pessoas , 2007 atender 100% da população: 68 milhões de pessoas)
CONTROLE DE ENDEMIAS/VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AMBIENTAL E EPIDEMOLÓGICA (até
2007 atender 68 milhões de pessoas)
LEITOS HOSPITALARES (56 mil novos leitos)
MÉDICOS(de 200-2007 contratar 16 mil novos médicos)

- **HABITAÇÃO**

MORADIAS (617 mil novas moradias para atender a demanda projetada para 1997-
2007)

- **SANEAMENTO**

ÁGUA (até 2007 atender 5 milhões de domicílios com este serviço)
ESGOTO (até 2007 atender 4 milhões de domicílios)
LIXO (ATÉ 2007 atender 4,6 milhões de domicílios)

5.3. NA ÁREA DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS
LOGÍSTICA
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
INCUBADORES E PARQUES TECNOLÓGICOS

5.4. NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE

ECOTURISMO LOCAL INTEGRADO
PÓLOS ECOTURÍSTICOS EM PARQUES NACIONAIS

EXPANSÃO DA BASE FLORESTAL

REDUÇÃO DE EMISSÕES VEICULARES E INDUSTRIAIS EM REGIÕES METROPOLITANAS SATURADAS

GESTÃO INTEGRADA DE BACIAS DO RIO PARAÍBA DO SUL

AGENDA POSITIVA PARA USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS MARINHOS

PÓLO DE DIFUSÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Anexo 6: EIXOS DO SUL - SUDOESTE E SUL

As oportunidades de investimentos listadas neste, por setor econômico, foram as seguintes:

6.1. NA ÁREA DE INFRA –ESTRUTURA ECONÔMICA

- **TRANSPORTE**

AEROPORTO de Londrina(novo)

AEROPORTO de Navegantes(novo)

AEROPORTO INTERNACIONAL SALGADO FILHO de Porto Alegre(ampliação)

AEROPORTO INTERNACIONAL AFONSO PENA de Curitiba (ampliação)

PORTO de Paranaguá (adaptação de parte do terminal de grão para operação de contêiners e dragagem necessária para aumentar o calado de 11,8m para 12,4 m no canal de acesso)

PORTO do Rio Grande (terminal de transbordo)

ECLUSAS NO RESERVATÓRIO DE ITAIPÚ (construção)

BARRAGEM E RECLUSA DE SANTA MARIA (construção de 2 terminais hidroviários)

MALHA FERROVIÁRIA SUL(manutenção do leito ferroviário)

MALHA FERROVIÁRIA PAULISTA, EM PANORAMA E ADAMANTINA (restauração)

MALHA FERROVIÁRIA PAULISTA, ENTRE BAURU E ITIRAPATINA/SP(construção de 8 passagens laterais de 2 Km cada)

MALHA FERROVIÁRIA PAULISTA, ENTRE PRESIDENTE EPITÁCIO E PRESIDENTE PRUDENTE/SP (restauração)

FERROVIA ENTRE CASCAVEL E FOZ DO IGUAÇU E ENTRE CASCAVEL E

GUAÍRA/PR(construção de novo trecho ferroviário)

FERROVIA ENTRE SANTA FÉ DO SUL E CAMPINAS(melhoria de infra e superestrutura em 117 Km)

ARMAZÉM EM RUBINÉIA (armazém e terminal intermodal rodo-hidroviário)

RAMAL FERROVIÁRIO A MONTANTE DA ECLUSA DE BARRA BONITA(construção de ramal ferroviário)

FERROVIA ENTRE GUAÍRA E CIANORTE (construção de novo trecho ferroviário)

MALHA FERROVIÁRIA SUL, ENTRE CURITIBA E PARANAGUÁ (construção de linha simples de 102 Km)

MALHA FERROVIÁRIA SUL, ENTRE GUARAPUAVA, ENGENHEIRO GUTIERREZ E PONTA GROSSA (melhoria de 121Km de trilhos, realimento de 150 Km de linha simples, construção de 600 m de pontes e expansão de 2 pátios)

MALHA FERROVIÁRIA SUL, entre lajes,roca sales e general luz (recuperação de 351 Km de ferrovia simples)

TERMINAL INTERMODAL EM SANTA TEREZINHA DE ITAIPU (construção de um terminal)

ACESSO FERROVIÁRIO ao terminal em Santa Terezinha de Itaipu(construção de uma nova conexão ferroviária)

ACESSO RODOVIÁRIO ao terminal de Santa Terezinha de Itaipu(construção de uma nova rodovia de pista simples com 23 Km de extensão)

TERMINAIS DO RIO PARANÁ (construção de 3 terminais)

SP-225 (duplicação de 49 Km , da SP-280 a Ourinhos a Ibiporã)

BR-369/PR (duplicação de 133 Km de rodovia)

SP-270 (duplicação de 276 Km)
BR-277/PR (duplicação de 122 Km de rodovia)
PONTE SOBRE O RIO PARANÁ (ponte rodoferroviária)
BR-317/PR (duplicação de 86 Km de rodovia)
BR-369/PR E BR.376/PR (duplicação de 146 Km)
SP-225(duplicação de 13 KM)
BR-153/SP-MG (duplicação de 139 Km de rodovia)
PR-272(repavimentação de 34 Km , acréscimo de faixa de ultrapassagem e realimento de 60 Km de pista simples e construção de 400 m de novas pontes)
MS-276/395 (pavimentação de 90 Km)
BR-101/SC (alargamento de 144 Km de rodovia)
RS-324 (duplicação de 40 Km de rodovia)
BR-290 (alargamento de 90 Km de rodovia)
BR-280/SC (duplicação de 110 Km de rodovia, de São Bento do Sul a São Francisco do Sul)
BR-116/RS (duplicação de 360 Km de rodovia)
BR-470/SC (duplicação de 120 Km de rodovia)
RS-135 (duplicação de 80 Km de rodovia)
BR-471/RS (duplicação de 35 KM de rodovia)
BR-290/RS (duplicação de 600 Km de rodovia)
PONTE SOBRE O RIO PARAGUAIA NA RS-472(construção de ponte)

- **ENERGIA**

UHE PIRAJU(ampliação de 70 MW)
UHE TIJUCO ALTO (ampliação de 144MW)
UHE FUNIL RIBEIRA(AMPLIAÇÃO 150 MW)
UHE DONA FRANCISCA(ampliação de 125 MW)
UHE JATAIZINHO (ampliação de 156 MW)
UHE GARABI(projeto hidrelétrico Argentina-Brasil, localizado no Rio Uruguai, na fronteira entre os dois países)
UHE BARRA GRANDE (ampliação de 690 MW)
UHE CAMPOS NOVOS (ampliação de 880 MW)
UHE SALTO PILÃO(ampliação de 220 MW)
UHE CEBOLÃO (ampliação de 156 MW)
UHE SÃO JERÔNIMO (ampliação de 284 MW)
UHE MAUÁ (ampliação de 388MW)
UHE TELÊMACO BARBA (ampliação de 112 MW)
UTE CANDIOTA III (termelétrica a carvão com 350 MW)
UTE JACUÍ (termelétrica a carvão com 350 MW)
UTE SEIVAL & II (termelétrica a carvão de 400MW)
UTE CARVÃO PIE –I &II (termelétrica a carvão com 2 unidade de 350 MW)
UTE TRÊS LAGOAS (construção de usina de geração térmica a gás natural nas imediações de Três Lagoas/MS)
UTE ARAUCÁRIA (usina de geração térmica a gás, na cidade de Araucária)
UTE JOINVILLE(construção de usina de geração térmica a gás natural, capacidade instalada de 600 MW)
UTE TRIUNFO (construção de usina de geração térmica a gás natural, capacidade instalada de 700 MW)
LT PORTO PRIMAVERA A SUMARÉ (linha de transmissão de 440 KV e 631Km)
LTs DE CASCAVEL A MARINGÁ (ampliação da Série de transmissão)

LT DA UHE ITAIPU A TIJUCU PRETO (ampliação de 750 KV)
LT DE GUARABI A ITÁ (linha de transmissão de 500 KV de 360 Km de extensão)
LTs DE UHE SALTO CAXIAS À UHE SALTO SANTIAGO E CASACAVEL (segmento de duas linhas de transmissão de 500KV)
LT CAMPOS NOVOS A BLUMENAU (linha de transmissão de 500KV e 252 kv de extensão)
LT CANDIOTA A GRAVATAÍ (linha de transmissão KV e 300Km)
LT BATÉIAS A IBIPORÃ (linha de transmissão de 230 Kv e 372 KM, da subestação Batéias a subestação Ibiporã)
LT URUGUAIA A ALEGRETE (linha de transmissão de 230 KV e 140 Km, que conecta a termelétrica de Uruguiana à rede Sul)
LTs CACHOEIRA DO SUL II A DONA FRANCISCA E SANTA CRUZ (duas linhas de transmissão que conectam a UHE D. Francisca à Cachoeira do sul 2 e Santa Cruz à Cachoeira do Sul 2)
LT SÃO BORJA A SANTO ÂNGELO (linha de transmissão que conecta Santo Ângelo ao centro de carregamento de São Borja)
LT PRESIDENTE MÉDICI A PELOTAS (linha de transmissão que conecta os centros de carregamento de presidente médici e pelotas)

- **TELECOMUNICAÇÕES**

TELEFONIA FIXA (instalação de 4,6 milhões de novos terminais)
TELEFONIA PÚBLICA (instalação de 152 mil novos terminais)
TELEFONIA MÓVEL (instalação 5,6 milhões de novos acessos)
COMUNICAÇÃO DE DADOS (instalação de 476 mil novos acessos)
RADIOCHAMADA PAGING (instalação de 610 mil novos acessos)
TRUNKING (instalação de 201 mil novos acessos)
CONEXÃO ENTRE PORTO ALEGRE E CURITIBA (instalação de uma conexão fibra-ótica a 2,5 Gbps, por meio de cabo, em rodovia)
CONEXÃO ENTRE CURITIBA E SÃO PAULO (instalação de fibra ótica a 2,5 Gbps, por meio de cabo, em rodovia e ferrovia)
CONEXÃO ENTRE CURITIBA E SÃO PAULO (instalação de duas conexões por fibra-ótica de 2,5 Gbps, provavelmente por meio de cabo, em rodovia)

6.2. NA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- **EDUCAÇÃO**

CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS QUE SE ENCONTRAM FORA DA ESCOLA
BOLSA-ESCOLA (beneficiar 325 mil alunos)
JOVENS DE 15 A 24 ANOS QUE SE ENCONTRAM FORA DA ESCOLA SEM TER CONCLUÍDO O ENSINO FUNDAMENTAL- ENSINO ESPECIAL (beneficiar 89 mil alunos)
JOVENS ACIMA DE 14 ANOS – ACELERAÇÃO (beneficiar 797 mil alunos)
NOVAS VAGAS (criação no período de 200-2007 869 mil vagas)
QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES NÃO HABILITADOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL (32 MIL DOCENTES)

- **SAÚDE**

PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (até 2000/02 atender 50% da população: 16,3 milhões de pessoas, para 2003/04 atender 70% da população: 23,5 milhões de pessoas, para 2005/06 atender 80% da população: 27,5 milhões de pessoas e em 2007 atender 100% da população : 34,9 milhões de pessoas)

CONTROLE DE EDEMIAS/VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AMBIENTAL E EPIDEMOLÓGICA (até 2007 atender 34,9 milhões de pessoas)

LEITOS HOSPITALARES (até 2007 atender 28 mil leitos)

MÉDICOS (até 2007 contratar 8 mil médicos)

- **HABITAÇÃO**

MORADIAS PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA (construção de 372 mil novas moradias)

- **SANEAMENTO**

ÁGUA (até 2007 abastecer 3,7 milhões de domicílios)

ESGOTO (até 2007 atender a 78% de domicílios)

LIXO (até 2007 atender a 75% do número de municípios)

6.3. NA ÁREA DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

LOGÍSTICA

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL

DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS

INCUBADORAS E PARQUES TECNOLÓGICOS

6.4. NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE

ECOTURISMO LOCAL INTEGRADO

PÓLOS ECOTURÍSTICOS EM PARQUES NACIONAIS

EXPANSÃO DA BASE FLORESTAL

GESTÃO INTEGRADA DA BACIA DO RIO TIETÊ E PIRACICABA

PÓLOS DE DIFUSÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS (ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PARQUE NACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU; PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA EROÇÃO DO SOLO)

RAÇAS NATIVAS DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

RECUPERAÇÃO DE ÁREAS EM PROCESSOS DE DESERTIFICAÇÃO

RECUPERAÇÃO DA FLORESTA DE ARAUCÁRIAS

GESTÃO INTEGRADA DA BACIA DO RIO ARAGUAIA

AGENDA POSITIVA PARA USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS MARINHOS

PÓLO DE DIFUSÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS (RECURSOS HÍDRICOS DO SUL

NOROESTE RIO-GRANDESE E DE SANTA CATARINA; GESTÃO DE ESPAÇOS COSTEIROS E

MARINHOS NA REGIÃO DA LAGOA DOS PATOS E DO LITORAL DE SANTA CATARINA;
AGROINDUSTRIA NA REGIÃO DE CHAPECÓ)
UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DE PALMEIRAS NATIVAS E ADPATADAS